

'A economia é uma ciência, não uma ideologia', diz Daniella Marques, ex-presidente da Caixa

MAGNAVITTA - PÁGINA 14

Justiça Federal de Campinas assume investigação sobre mercúrio ilegal

Operação da PF e do Ibama cita ex-governador do MT e candidato ao Senado, Mauro Mendes (União Brasil)

PÁGINA 6

JUSTIÇA NEGA DIREITO DE RESPOSTA A TARCÍSIO SOBRE FEMINICÍDIOS

A ação de Tarcísio questionava propaganda eleitoral de Fernando Haddad(PT) exibida na TV, que afirmou que o Estado de São Paulo tem o maior número de feminicídios do país. A juíza Claudia Fonseca Fanucchi considerou que a informação é verdadeira quando analisado o número absoluto de ocorrências. A campanha alegou que a comparação deveria levar em conta a proporção da população feminina. Para a magistrada, a divergência entre critérios estatísticos não caracteriza informação falsa nem justifica direito de resposta.

PÁGINA 3



Governador questionou propaganda que apontou SP como líder do País em feminicídios

DOUGLAS GOMES / LID REPUBLICANOS

Conti tenta barrar candidatura de Vini

Vereadora acionou a Procuradoria Regional Eleitoral para suspensão da candidatura do ex-verador Vini Oliveira, ao cargo de deputado estadual

PÁGINA 5

Azul terá 548 voos extras na temporada de verão

PÁGINA 6

TRE-SP manda Vini retirar vídeo contra Hossri

PÁGINA 5

TALES FARIA

CASO MASTER: A CRISE JÁ IMPÕE MUDANÇA NO STF

PÁGINA 2

EDITORIAL

EL NIÑO: QUANDO A PREVISÃO DE CHUVA JÁ É UM ALERTA

PÁGINA 2

Nova Odessa entra na mira de operação milionária

Ação contra lavagem de dinheiro mira grupo suspeito de ocultar recursos ligados ao tráfico de drogas.

PÁGINA 7

Chega ao Zoo o recinto que levará 'Sandro' a MT

Elefante, que está em Sorocaba, passará por um período de adaptação no container para viajar com segurança.

PÁGINA 8

Supremo inicia julgamento sobre Alexandre de Moraes na terça-feira

Integrantes do STF pressionam Edson Fachin por mais transparência no caso Master. Ministros querem acesso amplo às apurações e

defendem que as suspeitas sejam examinadas em conjunto, diante de possíveis relações entre investigações e membros da Corte.



André Mendonça defende transparência no caso Master, que envolve questionamentos sobre Moraes

DOUGLAS GOMES / LID REPUBLICANOS

PÁGINA 12

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

A crise já impôs mudança no STF

Foi em um discurso em 1959, na cidade de Indianapolis antes de se eleger presidente, que John Fitzgerald Kennedy, então senador por Massachusetts, nos EUA, apareceu com um dos mais difundidos clichês contemporâneos repetido anos a fio pelos livros de autoajuda. Kennedy disse que o termo chinês weiji, que significa “crise”, é formado pela junção de dois ideogramas, um que representa perigo e outro que expressa oportunidade.

O certo era traduzir o segundo ideograma como “ponto de mudança”, “momento crucial” ou “ponto de inflexão”. É esse significado, real, que mais se adapta ao que está sendo vivido agora pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A crise provocada pelos ministros é um momento perigoso, mas crucial, que pode se transformar num ponto importante de mudança para a Corte.

Por conta da crise, foi marcada para terça-feira, 15, uma sessão plenária do STF em que dois grupos antagônicos de ministros se enfrentarão, a princípio, publicamente: o Grupo de Alexandre de Moraes e o de André Mendonça. Ambos com acusações mútuas de envolvimento com o ex-dono do banco Master, Daniel Vorcaro, e de favorecimento às candidaturas presidenciais de Flávio Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Contra Moraes, pesam o contrato do escritório de advocacia da sua esposa com o banco Master e mensagens do celular do então proprietário do banco pedindo ajuda ao ministro. Contra Mendonça, os vazamentos supostamente seletivos para atingir o colega, além de prejudicar a campanha pela reeleição do presidente Lula.

Mendonça tem o apoio de Luiz Fux e Nunes

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Geopolítica da Transição

O sistema internacional atravessa uma reconfiguração estrutural profunda. A crescente disputa por hegemonia entre Estados Unidos e China, aliada ao imperativo de transição energética e à corrida pela soberania em inteligência artificial, redefiniu os eixos do poder global. Nessa nova arquitetura geopolítica, a segurança energética e a disponibilidade de insumos tecnológicos deixaram de ser meros temas econômicos e passaram a constituir elementos centrais da alta estratégia dos Estados. O Brasil encontra-se diante de uma encruzilhada histórica: não como espectador passivo, mas como um ator pivotal. A questão premente que se impõe à diplomacia e às elites políticas do país é saber se teremos a maturidade estratégica para negociar nosso futuro com altivez ou se repetiremos o erro histórico do alheamento frente às grandes transformações internacionais.

As evidências empíricas e geoeconômicas demonstram que o Brasil reúne condições ímpares para alterar qualitativamente sua inserção no cenário global. Enquanto os centros tradicionais de poder enfrentam complexos dilemas para descarbonizar suas matrizes e suprir a crescente demanda computacional dos centros de dados de inteligência artificial, o Brasil apresenta um ativo de inestimável valor diplomático: aproximadamente 88% de sua geração elétrica provém de fontes limpas e renováveis, contra uma média global que mal supera o patamar de 30%. Essa assimetria positiva confere ao país uma vantagem competitiva e negociadora sem paralelo para a atração de indústrias de ponta e infraestrutura de tecnologia crítica.

No plano geológico, a convergência entre transição

Marques. Moraes conta com Gilmar Mendes, Flávio Dino, Dias Toffoli e, eventualmente, Cristiano Zanin. Ficam a cargo do presidente da Corte, Edson Fachin, e da única mulher, Cármen Lúcia, os votos decisivos.

Fachin, até então um presidente atropelado e desrespeitado pelos demais ministros, passou a ter poder de fato. É ele quem define a pauta e é ele quem arbitra agora o ritmo e com quem ficam os inquéritos.

Além de ter marcado para terça-feira a sessão, mesmo sabendo das resistências que poderão adiar uma decisão, ele já determinou que a pauta será exclusivamente a petição 16.662, do relatório de Mendonça e da Polícia Federal sobre mensagens entre o empresário Daniel Vorcaro e o ministro Alexandre de Moraes.

Fachin recusou agendar uma sessão conjunta para avaliar ao mesmo tempo as condutas dos dois protagonistas da crise. Moraes havia feito o pedido alegando ser inviável a deliberação sobre o seu caso sem um debate sobre as ações de Mendonça.

O presidente do STF insistiu que os dois casos têm que ser analisados em sessões separadas porque “possuem contornos e objetos bem delineados” e assim são preservados “os limites” do que será submetido ao plenário. Além disso, ele assumiu a relatoria da discussão sobre a relação entre Moraes e Vorcaro e determinou a remessa à Presidência da Corte dos processos relacionados às fraudes do INSS e do banco Master.

A sessão tem tudo para se tornar o auge de uma crise que provocará grandes mudanças. De saída, já deu novo status ao presidente da Corte. Fachin, de inexpressivo, passou a decisivo. E ele mostrou, na prática, que sempre teve razão ao defender a adoção de um Código de Ética para impor limites na conduta dos ministros do Supremo.

tecnológica e segurança de suprimentos transforma nosso subsolo em um vetor de projeção de poder. O Brasil possui a segunda maior reserva mundial de terras raras — estimada em mais de 21 milhões de toneladas —, além de deter mais de 90% das reservas globais de nióbio e depósitos altamente estratégicos de lítio de alta pureza no Vale do Jequitinhonha, além de expressivas jazidas de níquel e cobre. Insumos dessa natureza constituem o cerne das cadeias de valor dos semicondutores, veículos elétricos, turbinas eólicas e sistemas de defesa de última geração. Deter a posse desses recursos significa possuir as alavancas do novo arranjo produtivo mundial.

Sob a ótica da diplomacia econômica, o desafio fundamental é superar de forma definitiva o modelo tradicional de exportador primário. Negociar com Washington, Pequim ou Bruxelas exige abandono da passividade em favor de uma estratégia soberana e pragmática: o acesso aos recursos e ao mercado brasileiro deve estar condicionado à transferência efetiva de tecnologia, adensamento das cadeias produtivas locais e processamento de valor agregado em território nacional. Trata-se de instrumento político para consolidar a autonomia industrial e tecnológica do país.

O Brasil dispõe dos elementos necessários para sentar-se à mesa das grandes potências não como fornecedor de commodities, mas como formulador geopolítico. Infelizmente, cabe aos nossos líderes políticos, que estão muito aquém desta tarefa, desenhar um projeto de Estado denso e articulado, capaz de converter nosso potencial estratégico em influência diplomática concreta e desenvolvimento real. Neste ponto reside o grande desafio das próximas gerações. Sem lideranças de qualidade, perderemos a corrida geopolítica desta transição, nos tornando mais uma vez expectadores da nova ordem que se desenha.

EDITORIAL

El Niño: quando a previsão já é um alerta

As previsões climáticas não são capazes de dizer exatamente onde cairá a próxima chuva forte, qual cidade enfrentará uma enchente ou quando ocorrerá uma seca severa. Mas elas conseguem indicar tendências, probabilidades e cenários de risco. E, quando a probabilidade de um El Niño muito forte supera os 90%, como apontam as estimativas mais recentes, ignorar esse sinal deixa de ser cautela e passa a ser irresponsabilidade.

O problema, portanto, não está apenas no fenômeno climático que se aproxima. Está na capacidade do poder público de transformar informação em prevenção. Estudos, modelos meteorológicos e sistemas de monitoramento existem justamente para que governos tenham tempo de se preparar. Se a ciência consegue antecipar riscos, não faz sentido que as autoridades esperem a ocorrência de uma tragédia para começar a agir.

O El Niño pode alterar padrões de chuva e temperatura e produzir consequências diferentes entre as regiões brasileiras. Isso significa que prevenção não pode ser uma medida genérica. É preciso considerar os riscos de cada território, revisar sistemas de drenagem, estruturas de contenção, redes elétricas, abastecimento de água, produção agrícola, estradas e mecanismos de resposta a emergências.

Também é necessário olhar para a infraestrutura que já existe. O fato de uma obra ter sido adequada às condições climáticas de décadas atrás não significa que continuará preparada para os extremos que podem ocorrer hoje. O próprio Ibama passou a recomendar que os riscos associados ao El Niño sejam considerados no licenciamento de hidrelétricas, portos e linhas de transmissão. É um reconhecimento importante de que prevenção precisa começar antes mesmo da construção de determinadas estruturas.

Outro ponto fundamental é a comunicação com a população. Alertas meteorológicos precisam chegar de maneira rápida, clara e confiável às pessoas que vivem em áreas de risco. Mas não basta enviar uma mensagem quando a tempestade já está sobre a cidade. É preciso orientar previamente, preparar comunidades, testar protocolos e deixar claro o que deve ser feito diante de uma situação de emergência. Diante de uma probabilidade superior a 90%, a pergunta mais importante já não deveria ser se o El Niño será muito forte. Deveria ser se o país estará preparado caso ele realmente seja.

OPINIÃO DO LEITOR

Parabéns Rubinho

Uma memória especial! Em Monza, há 17 anos, a bandeira do Brasil apareceu no lugar mais alto do pódio de uma corrida de Fórmula 1 pela última vez até hoje. Parabéns Rubinho Barrichello, é do Brasil!

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: endereço@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher
CLÁUDIO MAGNAVITA
redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057	BRASÍLIA ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20	SÃO PAULO Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510
---	--	--

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



DOUGLAS GOMES / LID REPUBLICANOS

TRE-SP nega direito de resposta a Tarcísio sobre feminicídios

Justiça Eleitoral nega direito de resposta a Tarcísio sobre feminicídios

O TRE-SP negou pedido de direito de resposta de Tarcísio de Freitas (Republicanos) contra Fernando Haddad (PT) e a coligação Desperta São Paulo. A ação questionava propaganda exibida na TV em 4 de setembro, que afirmou que São Paulo tem o maior número de feminicídios do país e criticou a gestão estadual. A juíza Claudia Fonseca Fanucchi considerou que a informação é verdadeira quando analisado o número absoluto de ocorrências. A campanha de Tarcísio sustentou que a comparação deveria considerar a taxa proporcional à população feminina, que colocaria SP em outra posição. Para a magistrada, a divergência envolve metodologias estatísticas diferentes e não configura desinformação ou fato sabidamente inverídico. A decisão afirma ainda que críticas à atuação do governo fazem parte do debate eleitoral e podem ser contestadas pela própria propaganda dos candidatos.

Juíza nega resposta de Haddad a vídeo de Derrite

A Justiça Eleitoral negou pedido de direito de resposta de Fernando Haddad (PT) e da coligação Desperta São Paulo contra Guilherme Derrite (PP) e a coligação Coragem para Seguir Avançando. A ação questionava propaganda de 2 de setembro em que Derrite afirmou que Haddad tentou combater a Cracolândia com a chamada “Bolsa Crack”. A juíza Domitila Manssur considerou a expressão depreciativa, mas entendeu que a peça fez crítica ao programa De Braços Abertos e não afirmou que a Prefeitura comprava ou distribuía drogas.

DIOGO ZACARIAS



Vídeo diz que Haddad tentou barrar Cracolândia com “Bolsa Crack”

TCESP fiscaliza parcerias do 3º setor

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) publicou, em 8 de setembro, o Relatório do Terceiro Setor 2025, com dados sobre a fiscalização de parcerias entre o poder público e entidades do setor. No ano, foram instruídos 2.028 processos, entre ajustes, aditamentos e prestações de contas. O órgão também realizou 350 auditorias presenciais, com inspeções patrimoniais, análise de contratações, vistorias em instalações e acompanhamento dos serviços prestados. O relatório reúne ainda ações de orientação e aperfeiçoamento das normas.

SP cria medalha para batalhão de Jundiaí

O Governo de São Paulo instituiu, em decreto publicado em 10 de setembro, a Medalha do Cinquentenário do 11º Batalhão de Polícia Militar do Interior (BPM/I), sediado em Jundiaí. A honraria poderá ser concedida a pessoas e instituições civis ou militares que tenham contribuído com a unidade ou prestado serviços ao Estado. A entrega será anual, preferencialmente no aniversário do batalhão.

Pesquisa para Governo

Pesquisa Datafolha divulgada na sexta (11) mostra Tarcísio de Freitas (Republicanos) com 49% e Fernando Haddad (PT), 29%. Policial Edjane (Agir) e Carlos Machado (PCB) têm 3% cada; Vera Lúcia (PSTU) e Vivian Mendes (UP), 2% cada; e Izadora Dias (PCO), 1%. Brancos e nulos somam 8%, e indecisos, 3%. A pesquisa ouviu 1.610 eleitores entre 8 e 10/set.

Pesquisa para Senado

O Datafolha apontou Marina Silva (Rede) e Simone Tebet (PSB), com 13% cada; André do Prado (PL), 11%; Derrite (PP), 10%; Salles (Novo), 5%; Geraldo Rufino (Podemos) e Guto Schiavetto (Missão), 3%; Soninha (Cidadania), Marcio e Maíra (UP), Eliana (PSTU) e William (Agir), 2%; Cesaretti (PCO), 1%. Weller (PSTU) e Maahs (PCB) não pontuaram.

Bloqueio de R\$ 3,2 bilhões

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) já obteve o bloqueio judicial de mais de R\$ 3,2 bilhões em investigações contra o crime organizado. Segundo a promotora Renata Rojo, o trabalho busca rastrear a origem e o destino de recursos ocultos por empresas de fachada, laranjas, transferências sucessivas e cryptoativos.

Setor sucroenergético

O Governo criou grupo de trabalho para fortalecer o setor sucroenergético. Participam as secretarias de Agricultura, Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, além da Casa Civil. Publicado em 10 de setembro, o decreto prevê prazo de 120 dias após a instalação para entrega de estudos, relatório conclusivo e propostas de ações.

500 vagas na Linha Laranja

A Linha 6-Laranja do Metrô de São Paulo abriu 500 vagas de emprego para atuação nas obras do ramal. As oportunidades são para diferentes funções ligadas à construção. Os interessados devem cadastrar o currículo nos canais de recrutamento da concessionária Linha Uni. A linha ligará Brasilândia à região central da capital.

Modernização

A partir de segunda-feira (14), todas as catracas das linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata do Metrô aceitarão pagamento por aproximação. A tarifa poderá ser paga com cartões de débito ou crédito, físicos ou virtuais, além de celulares, smartwatches e outros dispositivos compatíveis. A medida integra a modernização do sistema.



Crítérios foram estabelecidos conforme porte e atividade das empresas

Cetesb define novos níveis de risco para licença ambiental

Regra separa atividades entre baixo, médio e alto risco ambiental no estado

Por **Andre Souza**

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) estabeleceu novos critérios para classificar o risco ambiental de atividades econômicas e definir o tipo de licenciamento exigido. A Decisão de Diretoria nº 068/2026/C/I, de 27 de agosto, entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado e substitui norma de 2025.

As atividades foram divididas em três níveis, considerando porte, localização, processo produtivo e potencial de degradação ambiental. No nível I estão as de baixo risco, dispensadas de licença. O nível II reúne as de médio risco, sujeitas ao licenciamento simplificado e automatizado. No III ficam as de alto risco, que precisam de procedimento ordinário ou avaliação de impacto ambiental.

Entre as atividades que podem ser consideradas de baixo risco estão fabricação de alimentos, calçados, móveis, embalagens, produtos têxteis, componentes eletrônicos e máquinas. Em vários casos, a unidade deve ter até 500 metros quadrados e cumprir outras condições. A categoria também abrange atividades agropecuárias. A

criação de bovinos para corte, por exemplo, pode ser dispensada se não ocorrer em confinamento ou se o local comportar até 5 mil animais. Para suínos, o limite previsto é de 500 matrizes.

No médio risco entram empreendimentos que atendem aos critérios para o procedimento simplificado. Entre as condições gerais está área construída de até 2,5 mil metros quadrados. A edição integrada à impressão de jornais, por exemplo, pode ficar nesse nível quando ocupar mais de 500 e até 2,5 mil metros quadrados.

O alto risco inclui atividades que não se enquadram nos limites anteriores e setores sujeitos diretamente ao licenciamento convencional. A lista abrange, conforme cada caso, criação de bovinos, suínos e aves, comércio varejista de combustíveis, transporte ferroviário e metroferroviário, transporte por dutos, administração de infraestrutura portuária, aeroportos, loteamentos e determinadas atividades de aquicultura.

A dispensa prevista pela Cetesb vale apenas para o licenciamento ambiental. Autorizações e alvarás relacionados a recursos naturais e áreas de proteção de mananciais continuam obrigatórios.



Nunes (MDB) consultará o Supremo Tribunal Federal

Nunes vai ao STF avaliar contrato de Wi-Fi ainda investigado

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou nesta sexta-feira (11) que pretende consultar o ministro Flávio Dino, do STF, para avaliar se deve romper o contrato de Wi-Fi firmado com o Instituto Conhecer Brasil. A entidade é investigada por suspeitas de irregularidades e desvio de recursos públicos. Ricardo Nunes disse que a Prefeitura de São Paulo não identificou problemas no acordo e aguarda informações antes de decidir. O contrato previa 5 mil pontos de internet gratuita em comunidades da capital paulista, mas 3.200 foram entregues. Com aditivos no contrato, o valor chegou a R\$ 157,1 milhões. A Polícia Federal apura vínculos entre verbas recebidas pelo instituto e uma produtora ligada à dirigente da organização. A Prefeitura de São Paulo informou que os pontos de Wi-Fi instalados permanecem ativos e disse que cumprirá determinações judiciais.

Câmara entrega honraria ao Cedes em SP

A Câmara Municipal de São Paulo entregou, na última quinta-feira (10), a Salva de Prata ao Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes). Essa honraria foi concedida em sessão solene realizada no Plenário 1º de Maio. O Cedes é uma associação sem fins lucrativos dedicada à pesquisa e ao debate de temas jurídicos, econômicos e sociais. A instituição atua há 22 anos na produção de estudos e na promoção de cursos, seminários e publicações voltados a temas que afetam a sociedade brasileira.



Salvas ao Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

Trajetória da Aclasp ganha destaque na Câmara

A Câmara Municipal de São Paulo realizou, na última quinta-feira (10), uma solenidade dedicada à Academia de Ciências, Letras e Artes de São Paulo (Aclasp). Criada em 2015, a instituição desenvolve atividades voltadas à divulgação da cultura brasileira, à valorização de talentos e ao apoio a manifestações artísticas e culturais na capital paulista. A cerimônia teve o apoio da vereadora Edir Sales (PSD) e reuniu representantes da entidade, convidados e profissionais de diferentes áreas na sede do Legislativo paulistano.

Posse de novos membros reúne homenagens

A programação incluiu homenagens, entrega de medalhas e diplomas e a posse de novos integrantes da Aclasp. Entre os participantes estava o ex-nadador e palestrante Fernando Scherer, conhecido como Xuxa. O encontro apresentou a atuação da academia em iniciativas ligadas às ciências, às letras e às artes. O evento ocorreu na Câmara de SP e reuniu membros da instituição e convidados para a cerimônia.

Sarampo na capital

Vila Medeiros, na zona norte, concentra mais casos de sarampo registrados na cidade de São Paulo em 2026. O bairro soma seis das 29 ocorrências confirmadas na capital. Também houve diagnósticos em Vila Maria, Vila Guilherme, Capão Redondo, Água Rasa, Sapopemba, Jabaquara e Jaçanã. Do total, 27 casos ocorreram em SP.

Vila Medeiros lidera

Dois casos foram importados da Bolívia e da Guatemala. Os registros mais recentes envolvem uma bebê de sete meses, com vacinação incompleta, e um homem de 28 anos vacinado. A primeira cadeia de transmissão, relacionada aos casos importados, foi encerrada, enquanto outras três cadeias permanecem sob investigação.

Vacinação ampliada

A vacinação ampliada continua em Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros. Bebês de seis a 11 meses podem receber a dose zero em todas as Unidades Básicas de Saúde. A aplicação adicional não substitui as doses previstas no calendário regular de vacinas aos 12 e 15 meses. São Paulo é o único estado com surto ativo da doença no país.

Estação Jaguaré

A Prefeitura de São Paulo entregou nesta sexta-feira (11) a Estação de Transferência Jaguaré, criada para reorganizar o transporte dos resíduos coletados nos bairros da capital. O equipamento recebeu investimento de R\$ 180 milhões e tem capacidade para processar até 2 mil toneladas por dia, provenientes de 148 setores de coleta.

Resíduos transportados

Na unidade, os resíduos transportados por caminhões compactadores são transferidos para carretas de maior capacidade. Os veículos seguem posteriormente para um aterro sanitário licenciado em Caieiras, na Região Metropolitana de São Paulo. De acordo com a concessionária Loga, cada carreta substitui três caminhões compactadores.

Nova logística

A substituição se dá no contexto do trajeto até o aterro. A medida visa reduzir a circulação de veículos pesados, além do consumo de combustível e os impactos da coleta no trânsito. A estação atenderá a coleta produzida por cerca de 1,3 milhão de moradores. A estimativa é economizar cerca de 2,5 mil litros de diesel por dia com a nova logística.



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Edital para terceirizar gestão de escolas é suspenso

Previsão era repassar a gestão de três unidades municipais a entidades

Da **Redação**

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve suspenso o edital da Prefeitura que prevê a transferência da gestão de três escolas municipais de ensino fundamental para organizações da sociedade civil. Com a decisão, o processo de seleção das entidades permanece interrompido enquanto a legalidade do modelo é analisada.

O chamamento público foi lançado pela Secretaria Municipal de Educação em julho. A proposta abrange unidades localizadas nos distritos de Parelheiros e Pedreira, na Zona Sul, e Jaraguá, na Zona Norte. O investimento previsto é de R\$ 102,8 milhões por cinco anos.

Pelo modelo apresentado, as organizações selecionadas assumiriam atividades pedagógicas, administrativas e de infraestrutura. Entre as atribuições estariam a contratação e o pagamento de diretores, coordenadores, professores e outros funcionários. As escolas continuariam integradas à Prefeitura, com atendimento gratuito e financiamento público.

A suspensão foi determinada inicialmente em agosto pelo desembargador Marcelo Semer, da 10ª Câmara de Direito Público do TJ-SP. A medida interrompeu o andamento do edital antes da formalização de con-

tratos. A decisão é provisória e não representa julgamento definitivo sobre a constitucionalidade ou a legalidade.

O processo teve origem em ações apresentadas pelo Ministério Público de São Paulo, pela Defensoria Pública e por entidades ligadas aos profissionais da educação. Os autores questionam a transferência de funções pedagógicas para instituições privadas e a possibilidade de contratação de trabalhadores sem concurso público.

A Prefeitura afirma que o projeto não configura privatização do ensino porque as unidades permaneceriam públicas e vinculadas à Secretaria Municipal de Educação. As organizações participantes deveriam ser sem fins lucrativos e estariam sujeitas a metas, fiscalização, prestação de contas e acompanhamento do município.

O Executivo compara a proposta às parcerias utilizadas na educação infantil, na manutenção de creches conveniadas. O edital suspenso alcança escolas de ensino fundamental e inclui a administração de atividades ligadas ao trabalho pedagógico.

Com a suspensão mantida, nenhuma organização poderá ser contratada enquanto a ordem estiver em vigor. A análise do mérito deverá definir se o formato previsto respeita normas do ensino público.



Da esq. p/ dir.: Nelson Hossri (PSD-SP) e Vini Oliveira (Cidadania-SP)

TRE-SP manda Vini retirar vídeo com acusação sexual contra Hossri

A Justiça Eleitoral de São Paulo determinou a retirada de um vídeo publicado nas redes sociais pelo ex-vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) contra o vereador Nelson Hossri (PSD-SP) que mostra o relato de uma mulher que acusa Hossri de tê-la importunado sexualmente. A decisão assinada pelo juiz eleitoral auxiliar Ronnie Herbert Barros Soares, do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), também proibiu a nova divulgação do conteúdo em qualquer plataforma. O vídeo foi divulgado dois dias depois de Vini ter sido cassado na Câmara por quebra de decoro parlamentar. Hossri foi um dos 23 vereadores que votaram a favor da cassação. Já a decisão de Soares ressalva que a análise foi feita em caráter preliminar e não representa julgamento definitivo sobre o mérito da ação. A decisão não estabelece, portanto, conclusão definitiva sobre a veracidade ou falsidade dos fatos discutidos.

Época de campanha

Tanto Hossri quanto Vini são candidatos a deputado estadual, e o juiz apontou que a divulgação desse tipo de acusações durante a campanha pode prejudicar a escolha dos eleitores. Também considerou o risco de rápida disseminação do conteúdo nas redes sociais, em razão da dinâmica das plataformas e do alcance do perfil de Vini. Além da retirada do vídeo, o TRE-SP determinou a inclusão da Meta, responsável pelo Instagram, como terceira interessada no processo até o cumprimento integral da ordem.



Mulher que acusou Nelson Hossri de importunação sexual

Penalidades

A Meta deverá realizar a indisponibilização técnica da publicação. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. O processo tramita em segredo de Justiça. Na vídeo, publicado por Vini, a mulher relata que Hossri enviou mensagens de cunho sexual para ela, em março, pelo chat do instagram. Afirma que ele utilizou a função de visualização única, e que fez chamadas exibindo os órgãos genitais, realizando atos obscenos e usando a posição de poder dele para intimidá-la a manter o contato.

Novelo de lã

Vini teve o mandato cassado no último dia 9 por quebra de decoro parlamentar. Foi filmado em reunião a portas fechadas dentro da empresa de ônibus Smile Transportes, que pertence ao consórcio que havia vencido a licitação de transporte público de Campinas, saindo da companhia com um malote cujo conteúdo é desconhecido. Desde início da denúncia, negou todas as acusações.

PINGA-FOGO

Vini ataca Alves

O vereador Roberto Alves (Republicanos-SP) rebateu as acusações feitas pelo ex-vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) a respeito da prestação de contas eleitorais. Alves classificou as postagens do ex-parlamentar nas redes sociais como distorcidas e oportunistas afirmando que o objetivo de Vini era difamá-lo.

Teor

O ponto central da contestação envolve R\$ 11.195,20 citados por Vini como irregulares. Já Alves declarou desconhecer a origem do cálculo desse valor e disse que a questão trata de equívocos burocráticos na prestação de contas da campanha de 2022. Enfatizou que não houve qualquer ato de má-fé, desvio ou irregularidade intencional.

TRE-SP

A avaliação de Alves foi respaldada pelo próprio relator do processo que tramitou no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP). Ainda de acordo com Alves, a quitação está sendo feita por meio de um parcelamento autorizado pela própria Justiça, e a restituição aos cofres públicos cumpre os trâmites legais do tribunal.

Republicanos

A ofensiva do vereador cassado ainda ganhou novos ataques a Higor Diego, também do Republicanos. Resgatando episódios antigos, a metralhadora política do ex-parlamentar está em ritmo contra nomes da base governista local. Vini troxe à tona o episódio em que Higor conversa no viva-voz com o empresário ligado à Smile Transportes.

Tirando do baú

A gravação motivou um pedido de Comissão Processante no passado, rejeitado pelo plenário. Agora, o caso ressurgiu quando Higor desponta como aposta do Palácio dos Jequitibás e do Palácio dos Bandeirantes para deputado estadual. Tanto o prefeito Dário, quando o governador Tarcísio, são do Republicanos.

Não quer cair sozinho

O objetivo do ex-parlamentar é expor o que ele considera um tratamento desigual por parte da Câmara. Argumenta que, se as ligações dele com a empresa de ônibus fundamentaram a perda de mandato, por quebra de decoro, a conduta análoga de um aliado do governo deveria ter sido a mesma.



Da esq. p/ dir.: Vini Oliveira (Cidadania-SP) e Mariana Conti (PSol-SP)

Conti na Justiça para barrar candidatura de Vini à Alesp

Baseia-se na Lei das Inelegibilidades, que determina a perda dos direitos políticos

Por **Raquel Valli**

A vereadora Mariana Conti (PSol-SP) acionou a Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo nesta sexta-feira (11) para pedir a suspensão da candidatura do ex-vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) ao cargo de deputado estadual. Foi a autora da denúncia no processo político-administrativo da Câmara Municipal de Campinas que culminou na cassação do mandato do parlamentar.

O pedido de Conti à Justiça se baseia na Lei das Inelegibilidades, que determina a perda dos direitos políticos por oito anos para parlamentares que perdem o mandato por quebra de decoro - como é o caso de Vini. A decisão que liberou o registro do candidato teve sua conclusão definitiva declarada no mesmo dia da aprovação da cassação, em 9 de setembro.

Mas, Conti sustenta que a perda do mandato aconteceu antes da eleição para deputado em 4 de outubro. “Um vereador cassado não pode ser deputado. Nós fizemos o que precisava ser feito desde o início. Apresentamos a denúncia, sustentamos a investigação, enfrentamos todas as etapas da Comissão Processante, e a Câmara reconheceu

a quebra de decoro e cassou o mandato. Agora é nosso dever levar essa decisão até as últimas consequências institucionais e provocar a Justiça Eleitoral para que avalie seus efeitos sobre a candidatura”, declara a vereadora.

ENTENDA O CASO

Vini não pode recorrer da cassação dentro da Câmara de Campinas. Eventuais questionamentos terão de ser levados à Justiça. Mesmo cassado, porém, ele pode continuar como candidato até que a Justiça Eleitoral analise o registro da candidatura - o que é questionado por Conti. A Lei Complementar nº 64/1990 prevê inelegibilidade de oito anos para vereadores que perdem o mandato em determinadas hipóteses, incluindo casos de quebra de decoro. Assim, a cassação não retira automaticamente Vini da disputa: cabe à Justiça Eleitoral avaliar a incidência da inelegibilidade.

O OUTRO LADO

O **Correio da Manhã** entrou em contato com o ex-vereador para obter o posicionamento dele a respeito. Mas, até o fechamento desta reportagem não obteve resposta. O espaço segue aberto para as considerações do ex-parlamentar.

Justiça de Campinas assume apuração sobre mercúrio ilegal que cita ex-governador do MT

Operação Hermes do Ibama e PF apura negócios privados da família de Mendes no setor minerário

Por **Moara Semeghini**

A 1ª Vara Federal de Campinas (SP) assumirá a condução da investigação que apura o suposto envolvimento do ex-governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, e candidato ao Senado, em um esquema de comércio clandestino de mercúrio e lavagem de dinheiro. O ministro Antônio Carlos Ferreira, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), declarou a incompetência da Corte Superior para processar o caso e determinou o envio imediato dos autos à Justiça Federal paulista.

A decisão atendeu a um parecer do Ministério Público Federal (MPF). Segundo a Procuradoria-Geral da República, os fatos atribuídos ao ex-governador dizem respeito a transações comerciais e patrimoniais privadas da família Mendes, sem qualquer nexos com a gestão pública exercida por ele entre 2019 e março de 2026.

As suspeitas surgiram a partir da aquisição de ao menos 314 quilos de mercúrio sem autorização do Ibama, entre 2022 e 2023, por mineradoras ligadas ao grupo familiar, como a Mineração Aricá e a Kin Mineração. Mauro Mendes figurava como cotista das empresas por meio de uma holding patrimonial, enquanto a administração de campo era exercida por seu



Fiscais do Ibama, da Receita e PF na Operação Hermes; ex-governador do Mato Grosso, Mauro Mendes (União Brasil)

filho, o empresário Luis Antônio Taveira Mendes.

Em uma das fases desdobradas pela Polícia Federal e pelo Ibama no final de 2023, a Operação Hermes (Hg) II cumpriu 34 mandados de busca e apreensão expedidos justamente pela 1ª Vara Federal de Campinas. As ordens judiciais mobilizaram equipes em municípios de São Paulo, Mato Grosso, Amazonas e Rio de Janeiro.

Ao fundamentar a remessa a Campinas, o relator aplicou a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que res-

tringe o foro privilegiado de agentes políticos a crimes cometidos durante o mandato e no exercício da função pública. Como o MPF destacou a ausência de indícios sobre o uso de recursos, secretarias ou influência governamental no caso, a competência foi devolvida à primeira instância.

Em desdobramento no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), a desembargadora Renata Andrade Lotufo encerrou a tramitação de um recurso interposto pela defesa do filho do ex-governador. A de-

fesa pedia justamente o envio do processo a Campinas, medida que perdeu o objeto após a deliberação do STJ no mesmo sentido.

ENTENDA O ESQUEMA

A Operação Hermes, deflagrada pela Polícia Federal em conjunto com o Ibama, expôs a engrenagem utilizada para abastecer o garimpo ilegal no País. O modelo operacional baseia-se no uso de empresas de fachada, falsificação de documentos e contrabando para introduzir a substância clandes-

tinamente na cadeia produtiva do ouro. Por ser highly tóxico, o mercúrio atua como um reagente que atrai e separa as partículas do metal precioso das impurezas do solo, tornando-se o insumo central do refino informal.

Em desdobramentos da investigação, a Justiça Federal chegou a determinar o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em bens dos alvos e a apreensão de carregamentos do produto. A dimensão das fraudes indica uma contaminação sistêmica no setor: em entrevista à agência Repórter Brasil, o diretor de proteção ambiental do Ibama, Jair Schmitt, afirmou que as apurações conjuntas mostram fortes evidências de que não há mais mercúrio de origem lícita disponível no mercado brasileiro para uso na exploração de ouro. É no contexto do monitoramento desse comércio ilegal e das simulações no sistema de controle ambiental do Ibama que se inserem as suspeitas sobre as mineradoras investigadas, cujos autos passam a tramitar na 1ª Vara Federal de Campinas.

O **Correio da Manhã** entrou em contato com a assessoria de imprensa de Mauro Mendes para solicitar o posicionamento, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. O espaço permanece aberto.

Azul terá 548 voos extras para a temporada de verão

Da **Redação**

As viagens para o Nordeste vão ganhar mais opções na malha da Azul, maior companhia aérea do Brasil em número de cidades atendidas e rotas domésticas diretas, a partir de Campinas durante a alta temporada de verão. Entre 5 de dezembro e 14 de fevereiro, a Companhia terá 548 voos extras em Viracopos, seu principal hub, considerando partidas e chegadas, para 24 cidades brasileiras. A operação terá 85,7 mil lugares a mais neste período.

Dos voos programados para a alta temporada em Campinas, 494 serão dedicados ao Nordeste. A operação vai atender 12 cidades da região e terá 79,1 mil lugares

disponíveis. O reforço acompanha a procura pela região durante o verão, período em que praias, temperaturas elevadas e a diversidade de opções de lazer tornam a região uma das escolhas para as férias.

Salvador lidera a programação especial, com 150 voos extras, considerando partidas e chegadas, e 23,4 mil lugares. Na sequência aparecem Fortaleza, com 126 operações adicionais, e Macaé, com 120. A malha também será reforçada de/para Ilhéus, com 34 voos; Porto Seguro, com 24; Natal, com 12; Aracaju, com dez; Juazeiro do Norte, Petrolina e Teresina, com quatro cada e São Luís com 2.

Para quem embarca no Nordeste rumo a Campinas,

Viracopos amplia as possibilidades de seguir viagem pela malha da Azul. Na cidade é possível conectar com 65 cidades nacionais e internacionais.

“Campinas tem um papel estratégico na malha da Azul e ganha ainda mais relevância nos períodos de maior movimento. Para o verão, reforçamos principalmente as ligações com o Nordeste, uma região muito procurada nas férias, ao mesmo tempo em que ampliamos as possibilidades de viagem em outras partes do país. Essa programação permite atender ao aumento da demanda da temporada e aproveitar a força de Viracopos como nosso principal hub”, afirma Beatriz Barbi, gerente de Planejamento de Malha da Azul.



Companhia terá 548 voos extras em Viracopos para 24 cidades brasileiras

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

POLÍCIA CIVIL/DIVULGAÇÃO



Sessão reúne pedidos sobre crédito, saúde mental e Farmácia Central

A Câmara de Nova Odessa vota projeto sobre violência infantil

A Câmara Municipal de Nova Odessa realiza nesta quarta-feira (16), às 14h, a 29ª sessão de 2026. Entre os itens da Ordem do Dia está o Projeto de Lei nº 25/2025, do vereador Elvis Pelé (PL), que prevê a elaboração e publicação anual de estatísticas sobre violações de direitos de crianças e adolescentes. A proposta estabelece a organização dos dados obtidos pela administração pública e pelo Conselho Tutelar, com divulgação dos indicadores para controle social e formulação de políticas de prevenção. Também haverá requerimentos sobre a operação de crédito de até R\$ 60 milhões junto à Desenvolve SP, a estrutura da rede de saúde mental e a reforma do telhado da Secretaria de Saúde e Farmácia Central. A pauta inclui questionamentos sobre o Centro de Referência do Autismo, piso salarial de psicólogos e segurança viária. Os vereadores ainda analisarão novos projetos encaminhados às comissões permanentes da Casa.

Americana lidera índice sustentável na RMC

Americana é a primeira colocada entre as cidades da Região do Polo Têxtil no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) e ocupa a 39ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros. O município obteve nota 56,88. Os melhores resultados foram em energia limpa e acessível (93,4), água e saneamento (74,1) e consumo responsável (67,5). O índice mede o desempenho municipal em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e permite comparar municípios.



Estudo compara o desempenho sustentável de cidades do país

Prefeitura realiza audiência sobre a LOA 2027

A Prefeitura de Americana realiza, em 22 de setembro, às 18h, audiência pública para discutir a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027. O encontro será no Auditório Villa Americana, no Paço Municipal, na Avenida Brasil, nº 85, e também poderá ser acompanhado pela internet. Após a apresentação das propostas, os participantes poderão fazer perguntas. Quem acompanhar virtualmente poderá enviar questionamentos pelo e-mail da Secretaria de Fazenda. A audiência atende às regras da legislação e da Lei Fiscal.

Hortolândia terá galeria permanente de prefeitos

Hortolândia inaugurará, na segunda-feira (14), às 9h, uma exposição permanente com fotos e informações sobre os prefeitos que administraram o município. A “Galeria de Prefeitos de Hortolândia” ficará no saguão do Palácio dos Migrantes. A mostra reunirá biografias e registros das 10 administrações desde 1993, além de QR Code para acesso ao conteúdo completo no Mapa da Cultura local.

Novos equipamentos I

Novos equipamentos de fiscalização eletrônica começam a operar na terça-feira (15), em Indaiatuba. Os dispositivos ficam na Avenida Padre Arthur Lupurine Sampaio, próximo à Rua Álvaro Estevam de Araújo, nos dois sentidos, com limite de 50 km/h. Segundo a Prefeitura, os radares já foram aferidos pelo Inmetro.

Novos equipamentos II

A Prefeitura de Indaiatuba prepara a instalação de dois novos pontos de fiscalização eletrônica. Um ficará na Avenida Eng. Fábio Roberto Barnabé, com limite de 60 km/h, e outro na Avenida Fábio Ferraz Bicudo, com limite de 50 km/h. As datas de operação dos equipamentos ainda serão divulgadas após os testes técnicos.

Encontro é adiado

O 12º Encontro de Veículos Antigos de Santa Bárbara d'Oeste, previsto para o último fim de semana, foi adiado para 14 e 15 de novembro devido ao mau tempo. O evento ocorre no Complexo Usina Santa Bárbara, com exposição de veículos, shows e praça de alimentação. A entrada será solidária, com doação de 2 kg de alimentos não perecíveis.

Holambra reforça inclusão

Holambra destaca, durante o Setembro Verde, o atendimento escolar domiciliar oferecido a estudantes que não podem frequentar as aulas por questões de saúde. Atualmente, cinco alunos são acompanhados pela rede municipal, com atividades adaptadas às necessidades de cada estudante e acompanhamento de professores e da família.

14 vagas de emprego

O Posto Local do Trabalho (PLT) de Nova Odessa divulgou nesta sexta-feira (11) 14 vagas em diferentes áreas. As oportunidades incluem ajudante geral, auxiliar de PCP, babá, conferente de inventário, consultor de vendas, estagiário de laboratório, faxineira, fresador, rebarbador e torneiro mecânico. As vagas exigem níveis de experiência e escolaridade.

PAT de Americana

O PAT de Americana oferece 249 vagas de emprego, estágio e jovem aprendiz nesta semana. Entre as oportunidades estão funções como auxiliar de expedição, ajudante de obras, limpeza, motorista e soldador. Há ainda vagas para estudantes de Administração, Educação Física, Engenharias, Farmácia/Química e Veterinária.



Equipes policiais realizaram buscas em endereços de Nova Odessa

Nova Odessa é alvo de operação contra ‘lavagem dinheiro’

Investigação envolve esquema ilegal e possível ligação com tráfico de drogas

Da Redação

Nova Odessa foi alvo, nesta quinta-feira (10), de diligências da primeira fase da Operação Retirada, deflagrada pela Polícia Civil e pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público. A ação investiga um suposto esquema de lavagem de dinheiro, organização criminosa e possíveis relações com o tráfico de drogas.

Na cidade, equipes do Núcleo Especializado de Combate à Criminalidade Organizada e à Lavagem de Dinheiro (Neccold), da Deic e do Deinter-2, de Campinas, atuaram em conjunto com o Gaeco. Os agentes cumpriram mandados em endereços relacionados aos investigados. A ofensiva também alcançou outros municípios de São Paulo e de quatro estados.

A investigação começou depois da prisão em flagrante de pessoas suspeitas de envolvimento com o tráfico de drogas em Campinas. Na ocorrência, foram apreendidos entorpecentes, cerca de R\$ 200 mil em dinheiro e documentos com informações sobre movimentações financeiras. A análise desse material e de dados de inteligência financeira levou os investiga-

dores a acompanhar o fluxo dos recursos.

Segundo a apuração, os valores teriam sido movimentados por empresas formalmente constituídas e por pessoas que supostamente emprestavam seus nomes para realizar transações. A suspeita é de que a estrutura tenha sido usada para ocultar a origem do dinheiro e dar aparência legal aos recursos.

Ao todo, a Justiça autorizou 31 mandados de busca e apreensão em 13 cidades de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Goiás. A decisão também determinou o bloqueio de até R\$ 200 milhões em contas bancárias, aplicações financeiras e investimentos vinculados aos investigados.

Durante as buscas, as equipes procuraram documentos financeiros, registros bancários, celulares, computadores, equipamentos de armazenamento de dados e dinheiro. A Polícia Civil informou que foram apreendidos R\$ 5 mil em espécie, dispositivos eletrônicos e 40 comprovantes de depósitos bancários que somam R\$ 868,5 mil. Os documentos estão ligados a empresas que podem ter relação com o esquema e registram movimentações de aproximadamente dois meses.

CORREIO

DAS REGIÕES



José Geraldo de Souza Alves apresenta 'Civilização Interrompida'

Escritor de São Roque leva ficção científica à Bienal de São Paulo

A literatura de São Roque fez bonito na 28ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que terminou ontem (13/9) na capital paulista. O escritor e professor são-roquense José Geraldo de Souza Alves, conhecido no meio literário como J. G. Alves, participou do evento com uma obra que combina ficção científica, astronomia e os mistérios do Egito Antigo. Autor de uma saga desenvolvida em dois livros, Alves construiu uma narrativa que atravessa diferentes períodos da história e mistura elementos científicos, tecnológicos e históricos. A proposta é conduzir o leitor a uma viagem no tempo, usando a ficção para aproximar temas como astronomia e antigas civilizações de uma aventura literária. Formado em Gestão de Recursos Humanos e com atuação na área da educação, J. G. Alves encontrou na literatura um espaço para trabalhar temas que unem conhecimento e imaginação.

Câmara de Sorocaba apor regras para flanelinhas

A Câmara aprovou na quinta-feira (10/9) dois projetos voltados à segurança e às políticas públicas. Um deles regulamenta a atuação de guardadores e lavadores autônomos de veículos, enquanto o outro cria um sistema municipal de informações sobre violência contra mulheres e meninas. A proposta que trata dos flanelinhas estabelece regras para o exercício da atividade em vias e logradouros públicos. O texto não proíbe o serviço, mas determina que qualquer pagamento feito pelos motoristas seja voluntário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA



Prédio do poder legislativo do município de Sorocaba

Inscrições abertas para Medicina na USCS I

Interessados em ingressar no curso de Medicina no 1º semestre de 2027 já podem se inscrever para o Vestibular da Universidade de São Caetano do Sul (USCS). No total, são 180 vagas, 60 em cada um dos três campi que oferecem o curso: Itapetininga, São Caetano do Sul e São Paulo. As inscrições vão até 22/10, pelo site da Fundação Vunesp. A taxa de inscrição é de R\$ 315,00, sendo que o valor único permite a inscrição para concorrer a vagas em mais de um campus, o que deve ser informado na inscrição.

Inscrições abertas para Medicina na USCS II

As provas ocorrem no dia 14 de novembro, das 14h às 19h, no campus escolhido pelo candidato no ato da inscrição (São Caetano ou Itapetininga). Os resultados serão divulgados a partir das 16h de 9/12, no portal da Fundação Vunesp, sendo que as matrículas dos classificados para 1ª chamada ocorrerão entre os dias 9 e 11/12. Não sendo preenchidas as vagas, haverá novas chamadas para os próximos aprovados.

Vestibular Fatec I

As Faculdades de Tecnologia de São Paulo (Fatecs) iniciam, nesta segunda-feira (14/9), as inscrições para o vestibular do primeiro semestre de 2027. O cadastro de participantes seguirá até o dia 6 de novembro e poderá ser feito por meio do site oficial da instituição. A taxa de inscrição é de R\$ 90,00, sendo a prova agendada para o 13 de dezembro.

Vestibular Fatec II

A novidade este ano é que as unidades de Itapetininga, Tatuí e Capão Bonito terão 3 novos cursos na área de engenharia. Itapetininga: eng. de produção – 25 vagas; Tatuí: eng. mecatrônica – 25 vagas; Capão Bonito: eng. agrônômica – 25 vagas. As unidades também oferecem formações em gestão, tecnologia da informação e agropecuária.

Conselho Tutelar I

A Prefeitura Municipal de São Miguel Arcanjo informa que o Conselho Tutelar local está com um novo número de telefone para atendimento à população. Assim, é importante salvar os números disponíveis e compartilhar com outras pessoas: -(15) 97608-1078; -(15) 3279-1305. O atendimento do conselho é 24 horas, todos os dias da semana.

Conselho Tutelar II

O Conselho Tutelar é um órgão essencial e permanente da sociedade, encarregado de zelar pela garantia e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Ele deve ser acionado sempre que houver qualquer suspeita ou confirmação de ameaça ou violação de direitos, seja por negligência, discriminação, exploração, violência física ou psicológica.

Estágio na Toyota

A multinacional Toyota do Brasil está com inscrições abertas para o Programa de Estágio 2027, oferecendo oportunidades para estudantes que desejam iniciar ou ampliar a experiência profissional. As vagas estão disponíveis para atuação nas unidades da empresa em Sorocaba e Porto Feliz, no interior de São Paulo.

Feira é remarcada

Devido às chuvas, a Feira da Mulher Empreendedora - Edição Primavera teve a sua data alterada. O evento, que seria realizado no sábado (12), foi remarcado para 26 de setembro, das 10h às 19h, na Praça de Eventos da Rodoviária, em Piedade. Esta será a 3ª edição do ano do evento que oferece uma grande variedade de produtos.



Recinto chega à cidade para iniciar a adaptação do elefante para a viagem

Chega ao Zoo de Sorocaba o recinto que levará 'Sandro'

O elefante passará por um período de adaptação para viajar até Mato Grosso

Da **Redação**

A caixa especial que será utilizada para transportar o elefante Sandro, do Parque Zoológico Municipal “Quinzinho de Barros”, em Americana, para o Santuário de Elefantes Brasil (SEB), na Chapada dos Guimarães, no Estado do Mato Grosso (MT), chegou a Sorocaba na última quinta-feira (10/9).

A instalação da estrutura no recinto do animal dá início à fase de adaptação de Sandro, de modo que a transferência dele seja o mais tranquila, evitando-se episódios traumáticos no animal durante a longa viagem.

O processo será conduzido pela equipe do Santuário, com apoio técnico dos profissionais do zoológico. A estratégia terá como base o princípio do reforço positivo, ajudando Sandro a familiarizar-se com a estrutura da caixa, entrando de maneira mais tranquila nela.

Somente após avaliação da equipe de profissionais do Santuário de que o elefante está preparado para empreender a viagem, de aproximadamente 1,6 mil quilômetros, com duração estimada em dois dias e meio, é que começará a transferência de fato.

A transferência do ani-

mal, determinada pela Justiça, ainda é contestada pela Prefeitura de Sorocaba, que apresentou recursos e pediu a suspensão da decisão, alegando os altos riscos de uma viagem longa e que ele recebe acompanhamento permanente de veterinários e biólogos no zoológico, onde vive desde 1982.

A Prefeitura também informou à Justiça que promove melhorias no recinto, como a construção de um brete para aumentar a segurança, além de procedimentos de manejo e atendimento veterinário. O Município aguarda uma nova decisão judicial, que poderá sair nos próximos dias.

BEM TRATADO

Um dos animais mais queridos do “Quinzinho de Barros”, Sandro era um animal de circo até ser transferido para o Zoo de Sorocaba. Atualmente, é considerado um idoso, recebendo cuidados especiais da equipe técnica do Zoológico, um dos mais completos da América Latina.

Além do lazer, o parque desempenha, ao longo de sua história, um importante trabalho de conservação, pesquisa, bem-estar animal e educação ambiental, que são as cinco funções de um zoológico

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Índice usado para reajustar salários ficou em -0,32%

INPC tem variação negativa em agosto e soma 3,98% em 12 meses

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para a correção anual de salários, fechou agosto em -0,32%. No acumulado de 12 meses, o indicador marca 3,98%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Agosto teve a inflação mais baixa desde setembro de 2022 (também -0,32%). Em julho passado, o INPC também tinha apresentado deflação (-0,01%), isto é, inflação negativa. Em agosto de 2025, o indicador ficou em -0,21%. Em agosto, o grupo de produtos e serviços que mais puxou o índice para baixo foi o chamado habitação (-2,17% e impacto de -0,38 ponto percentual). A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto na conta de luz que os consumidores receberam no mês passado.

INPC influencia na correção de salários

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano. O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



O salário mínimo leva o dado de novembro no seu cálculo

Nova NR-1 e alta performance são discutidas

No próximo dia 15, a partir das 14h, acontece o Vendas sem Burnout, evento que reúne especialistas e profissionais do mercado para discutir os desafios de alcançar alta performance em um cenário de mudanças nas relações de trabalho e nas exigências relacionadas à saúde organizacional. Entre os destaques da programação está a participação de Beatriz Reis, especialista em marketing, estrategista de comunicação multidisciplinar e autora best-seller dos livros Protagonistas e A Essência da Influência.

Responsabilidade das empresas reforçada

Um dos temas centrais será a nova NR-1, norma que estabelece diretrizes gerais de segurança e saúde no trabalho e que passa a dar maior atenção também aos riscos psicossociais, como estresse excessivo, que pode afetar a saúde mental dos profissionais. A mudança reforça a responsabilidade das empresas em identificar e gerenciar fatores do trabalho que possam contribuir para o adoecimento dos colaboradores.

INPC x IPCA I

O IBGE divulgou na sexta-feira o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, que teve a menor taxa em quatro anos (-0,32%). Uma diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de um até cinco salários mínimos. Já o IPCA, para lares com renda de um até 40 salários mínimos.

INPC x IPCA II

No INPC, são apurados preços de 367 produtos e serviços, dez a menos que no IPCA. O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam cerca de 25% do índice, mais que no IPCA (aproximadamente 21%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida.

Oscilações do petróleo I

Diante da persistência da volatilidade dos preços internacionais do petróleo decorrentes de conflitos geopolíticos, o Governo Federal adotou na quarta-feira (9) duas novas medidas voltadas a conter a alta dos preços no Brasil. Uma delas foi a assinatura de decreto que reduz em R\$ 0,63 as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre o litro de gasolina.

Oscilações do petróleo II

A outra foi a assinatura de medida provisória que autoriza subvenção econômica ao óleo diesel. Desde o início da guerra no Oriente Médio, o Governo Federal vem acompanhando as oscilações do mercado e tomando medidas proporcionais ao cenário do momento. O mercado internacional segue marcado por elevada incerteza.

Regularização I

Os microempreendedores individuais devem estar atentos para não ficarem de fora do Simples Nacional a partir de janeiro de 2027. Isto porque no início deste ano foram enviados termos de exclusão, acompanhados dos relatórios de pendências com os débitos que os pequenos negócios têm junto à Receita Federal ou à Procuradoria-Geral.

Regularização II

Caso as dívidas não sejam renegociadas, as empresas serão excluídas do Simples Nacional e do Simei a partir de janeiro de 2027. As notificações podem ser verificadas nos portais do Simples Nacional ou pelo e-CAC da Receita Federal. A regularização dos débitos pode ser feita por meio de pagamento à vista ou de forma parcelada.



O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado

Inflação oficial de agosto fecha em -0,32%, menor taxa em 4 anos

Quedas na conta de luz, alimentos e transporte influenciaram IPCA

Da Redação

O Bônus de Itaipu e a queda de preço dos alimentos e dos transportes fizeram a inflação oficial de agosto fechar em -0,32%, a menor taxa desde agosto de 2022, quando o índice alcançou -0,36%.

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,07%. Em agosto de 2025, -0,11%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação negativa de agosto fez o índice acumular 4,22% em 12 meses – menor valor desde março de 2026 (4,14%). Em julho, a soma estava em 4,44%.

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última terça-feira (8), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projetou a inflação de agosto em -0,23%. Para o fim de 2026, a expectativa do mercado é de 5%.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o

período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

DOS NOVE GRUPOS PESQUISADOS PELO IBGE, QUATRO APRESENTARAM DEFLAÇÃO EM AGOSTO:

- Alimentação e bebidas: -0,34% (impacto de -0,07 ponto percentual);
- Habitação: -1,87% (-0,29 p.p.);
- Artigos de residência: 0,64% (0,02 p.p.);
- Vestuário: 0,12% (0,00 p.p.);
- Transportes: -0,86% (-0,17 p.p.);
- Saúde e cuidados pessoais: 0,23% (0,03 p.p.);
- Despesas pessoais: 1,30% (0,13 p.p.);
- Educação: 0,47% (0,03 p.p.);
- Comunicação: -0,09% (0,00 p.p.).

O grupo habitação teve a deflação mais profunda para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto que os consumidores receberam na conta de luz do mês, que caiu, em média 7,63%.

MERCEDES-AMG PETRONAS F1 TEAM



Kimi Antonelli venceu o GP da Espanha e disparou na liderança

Kimi Antonelli vence em Madri, em prova de muita resistência

Os fãs temiam que o Grande Prêmio da Espanha terminasse em tragédia. Isso porque o circuito de Madring permitia pouquíssimos erros e, no simulador, terminou com uma série de acidentes. Felizmente, nada grave aconteceu, e os fãs viram o prodígio da Mercedes Kimi Antonelli vencer novamente. Com a vitória na Espanha, o garoto italiano chegou a oito conquistas na carreira, superando o número total de seu companheiro de equipe, o experiente George Russell. O pódio foi composto ainda por Max Verstappen, da Red Bull Racing, e pelo atual campeão mundial Lando Norris, da McLaren, que largou na pole position, mas perdeu a liderança após perder o safety car virtual e fazer um pit-stop desastroso de sete segundos, que o lançou para a quinta colocação. Apesar de ter feito uma grande corrida, esse momento foi crucial para o infortúnio do britânico, que terminou em terceiro.

Ferrari sofre e tem mais um dia para esquecer

Para a Ferrari, a corrida foi um desastre total. Logo na largada, Lewis Hamilton disputou com Verstappen e foi ultrapassado pelo holandês pela chicane. A Red Bull pediu para que Max devolvesse a posição a Hamilton para evitar punição. Verstappen tentou argumentar que se não fizesse a ultrapassagem, bateria, mas cedeu a posição ao adversário, muito contrariado. Lewis, porém, alegou problemas nos freios e foi novamente ultrapassado por Max. O número 44, então, levou o carro para os boxes e abandonou a prova.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Kimi venceu, Max chegou em segundo e Lando Norris fechou o pódio

Coisas que só acontecem com Charles Leclerc

O outro piloto da Ferrari, Charles Leclerc também teve um dia para esquecer. Acreditando nas previsões de uma etapa com muitos acidentes, a Ferrari lançou Leclerc com pneus duros, acreditando na ocorrência de vários safety cars virtuais. Porém, o monegasco permaneceu com os mesmos pneus por 50 voltas e foi bem. Porém, na reta final, quando Leclerc precisou dos pneus macios, não houve safety car virtual ou bandeira vermelha. Ele fez o pit-stop em bom tempo, mas ainda assim não conseguiu voltar à briga pelo pódio.

Kimi Antonelli dispara na liderança do mundial

Com o resultado, Antonelli é mais líder do que nunca. O piloto italiano da Mercedes chegou a 292 pontos no campeonato mundial de pilotos, abrindo 81 pontos de vantagem sobre o vice-líder do torneio, seu companheiro de equipe George Russell. Ele também abriu 101 pontos de vantagem sobre o terceiro colocado, Lewis Hamilton, da Ferrari. Com sua oitava vitória na F1, Kimi entrou no Top-40 de pilotos mais vitoriosos da modalidade.

Piu: rei dos 400 metros

O domingo (13) foi especial para o atletismo brasileiro. Isso porque Alison dos Santos, o Piu, venceu nos 400 metros. Na primeira edição do Mundial de Atletismo Ultimate, em Budapeste, ninguém foi mais rápido que o brasileiro, que cruzou a linha de chegada em 45s98, superando o americano Rai Benjamin (46s40) e o norueguês Karsten Warholm (46s78).

Melhores do mundo

O Mundial Ultimate está programado para acontecer a cada dois anos, reunindo atletas de elite, como os campeões olímpicos, mundiais, vencedores da Diamond League e os mais bem colocados no ranking. Ou seja, é um torneio que reúne literalmente os melhores dentre os melhores. E em sua primeira edição, quem brilhou foi o brasileiro Alison dos Santos.

Adversário dourado

Invicto na temporada, Piu competiu pela primeira vez com o campeão olímpico de Paris 2024 da categoria de 400m com barreiras, Rai Benjamin. Na França, Piu conquistou um celebrado bronze. Agora, mais maduro e no auge físico, o brasileiro superou o adversário com facilidade, tanto que agora é o recordista mundial da categoria.

Voando alto

– Corri rápido, tive ótimos resultados e queria terminar a temporada lá no alto. O clima estava ótimo aqui em Budapeste, adorei a energia da torcida, foi incrível! Agora é hora de celebrar! – celebrou Piu, medalhista olímpico com bronzes em Tóquio e Paris, que vem sendo tratado como “Rei dos 400m com barreiras” pela Federação Internacional de Atletismo.

Coronel Nunes I

Ex-presidente da CBF, Antônio Carlos Nunes de Lima, mais conhecido como coronel Nunes, morreu na madrugada deste domingo (13), aos 87 anos, em Belém. Oficial da reserva da Polícia Militar, ele nasceu em 21 de novembro de 1938, em Monte Alegre, cidade paraense da qual foi prefeito. Por lá, ele se apaixonou pelo Paysandu, seu time do coração.

Coronel Nunes II

Nunes presidiu a Federação Paraense de Futebol em períodos diferentes por quase 20 anos, elegeu-se vice-presidente da CBF em dezembro de 2015 e assumiu a presidência da entidade máxima do futebol brasileiro interinamente por alguns meses de 2016 e 2021 e entre 2017 e 2019. A CBF emitiu uma nota oficial lamentando a morte do ex-dirigente.

WALLACE TEIXEIRA/FV IMAGEM/CBV



De forma invicta, seleção feminina foi campeã Sul-Americana pela 24ª vez

Seleção Feminina de Vôlei garante título e vaga nas Olimpíadas 2028

Brasileiras batem Argentina no Rio e conquistam o Sul-Americano

Da **Redação**

A seleção brasileira feminina vôlei conquistou o Torneio Pré-Olímpico Sul-Americano pela 24ª vez em sua história. No início da tarde deste domingo (13), o Brasil bateu a Argentina por 3 sets a 0 (26/24, 25/19 e 25/16), no ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro. Mais do que o título do Campeonato Sul-Americano, a vitória assegurou às brasileiras a tão sonhada vaga nos Jogos Olímpicos de Los Angeles 2028.

Na partida que definiu o título, o destaque em quadra ficou com a ponteira e capitã Gabi, que marcou 13 pontos. Júlia Bergmann fez 12, e a oposta Tainara anotou 11. A maior pontuadora da partida, porém, foi a oposta argentina Cugno, que marcou 16 pontos no jogo.

– Não tem emoção maior do que conseguir classificar para os Jogos Olímpicos! É o apice de todo atleta, ainda mais dentro de casa e com essa torcida maravilhosa. Não foi um jogo fácil. No primeiro set, a gente conseguiu deixar aquele nervosismo de lado, alguns altos e baixos. Mas assim, a equipe está de parabéns, atletas, comissão técnica, as jogadoras que fizeram diferença – celebrou Gabi, em

entrevista à TV Globo, logo após a vitória.

O Brasil conquistou o título de maneira avassaladora. Não só foi campeão invicto, como também encerrou o torneio sem perder um set sequer em todas as partidas. Com isso, a seleção é a sexta equipe garantida em LA 2028. As demais são Estados Unidos (por sediar a Olimpíada), Turquia, Egito, Tailândia e Canadá.

– A gente tem dois anos de tranquilidade para conseguir trabalhar, desenvolver esse grupo que tem mostrado uma força muito grande. E o que a gente mais quer é o ouro. A gente bateu na trave em alguns momentos mas a equipe tem mostrado o potencial que tem e eu tenho certeza que a gente vai conseguir no Mundial [2027] e na Olimpíada chegar no lugar mais alto” – projetou Gabi.

SELEÇÃO DO CAMPEONATO DOMINADA POR BRASIL E ARGENTINA

A seleção do campeonato foi com a oposta Cugno (ARG), a levantadora Roberta (BRA), as ponteiros Ana Cristina (BRA) e Ana Karina Olaya (COL), as centrais Herrera (ARG) e Argüello (VEN), e a líbero Pelozo (ARG). A ponteira Gabi (BRA) foi a MVP da competição.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



Castro se pronunciou após matéria da Folha de S. Paulo

Castro nega interferência em julgamento sobre Sérgio Cabral

O ex-governador do Rio Cláudio Castro decidiu se manifestar sobre a reportagem da Folha de S.Paulo que revelou mensagens trocadas com o ministro do Supremo Tribunal Federal, André Mendonça, em novembro de 2022, durante o episódio envolvendo a prisão de Sérgio Cabral. Em texto enviado ao Correio, o ex-governador afirma que o contato teve caráter institucional e ocorreu após a Secretaria de Administração Penitenciária receber um mandado de soltura expedido pela 5ª Câmara Criminal do TJRJ. “Não procurei o ministro para interferir em qualquer julgamento no STF nem para pedir benefício a Sérgio Cabral”, afirmou. Segundo Castro, havia dúvida sobre outras ordens judiciais que poderiam impedir a soltura. Como o site do TRF4 estava fora do ar, ele procurou Mendonça, que encaminhou um link de processo no Supremo para auxiliar na checagem.

Sem favorecimento

Castro reforça que a conversa com Mendonça não teve como objetivo interferir no julgamento de Cabral ou obter qualquer benefício. “A ligação não tratou do julgamento que ocorreria posteriormente no STF. O assunto era o mandado de soltura e a necessidade de verificar se havia outras ordens judiciais em vigor”, explicou. Segundo o ex-governador, diante da dificuldade de confirmar a situação processual, o contato com Mendonça foi uma tentativa de obter informação sobre um processo relacionado ao ex-governador que tramitava no Supremo.

ROSINEI COUTINHO/STF



Conversa com Mendonça não teve intuito de interferir, diz Castro

Cabral permaneceu preso

A checagem feita naquele momento confirmou a existência de outras ordens judiciais contra Cabral, impedindo que o mandado de soltura fosse cumprido. “Ao final, confirmou-se que havia outras ordens judiciais que impediam a soltura, e Sérgio Cabral permaneceu preso”, afirmou Castro. O ex-governador também faz questão de separar o episódio de qualquer relação pessoal com Cabral. “Nunca mantive relação pessoal com Sérgio Cabral e, durante todo o período em que estive à frente do Governo do Estado, sequer estive pessoalmente com ele.”

Contexto das mensagens

Castro também questiona a forma como as mensagens foram apresentadas e defende que o episódio seja analisado a partir do contexto em que ocorreu. “Esse é o contexto real das mensagens divulgadas”. Na versão apresentada pelo ex-governador, o contato com Mendonça ocorreu em uma situação concreta envolvendo a necessidade de verificar a existência de outras ordens judiciais.

Chamaento público

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Casa Civil, vai analisar o Chamamento Público para a “implantação e modernização de Salas Lilases e Centros Especializados de Atendimento à Mulher – CEAMs”, no âmbito do Programa “Antes que Aconteça”. O Termo de Fomento, estimado em R\$ 44.500.830,00 terá a apuração aprofundada após um relatório técnico apontar possível desvio de finalidade e risco relacionado ao valor destinado à consultoria.

Termo de Fomento

De acordo com o documento, o montante de R\$ 17.000.000,00 previsto para serviços de assessoria/consultoria representa aproximadamente 38,20% do valor total estimado da parceria, o que exige análise aprofundada quanto à razoabilidade, proporcionalidade, economicidade e compatibilidade com o objeto e as metas do Termo de Fomento.

Valores praticados

O relatório também recomenda a verificação da aplicabilidade da Lei nº 13.019/2014 (MROSC), da conformidade do estatuto e dos objetivos sociais da Organização da Sociedade Civil com o objeto da parceria, da existência jurídica e dos CNAEs registrados no CNPJ, além da compatibilidade dos preços e da composição dos custos com os valores praticados no mercado.

Cancelamento do programa

Caso seja constatada incompatibilidade com a finalidade da parceria, ausência de justificativa suficiente ou inadequação dos custos, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive o cancelamento ou a revisão do procedimento, conforme a legislação aplicável. O Programa Antes que Aconteça foi instituído em 30 de abril.

Pente fino

A gestão do desembargador Ricardo Couto à frente do Governo do Estado está instituindo diversas frentes de análises de contratos em várias secretarias, analisando vestígios de irregularidades e até sobrepreços de produtos. Em alguns casos, até, os programas estão sendo cancelados ou mesmo até destituídos do âmbito do governo estadual.

Menos secretarias

Além dos programas, há também a exclusão ou extinção de algumas secretarias, como a de Envelhecimento Saudável e Juventude, por falta de observância estrutural para obter funcionamento correto e fidedigno à sua atividade.

DOUGLAS GOMES/REPUBLICANOS



Pesquisas apontam grande chance de vitória de Tarcísio

Pesquisas: Tarcísio deve ser reeleito logo no primeiro turno

Datafolha aponta que governador de SP tem 56% dos votos válidos

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de um mês para o primeiro turno das eleições gerais em outubro, a reeleição do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), parece praticamente certa, até a atual conjuntura.

É o que apontam duas pesquisas divulgadas na sexta-feira (11) pelos Institutos Paraná Pesquisas e Datafolha.

De acordo com o Paraná Pesquisas, Tarcísio contabiliza 49,7% das intenções de voto para governador no primeiro turno em um cenário estimulado com todos os candidatos ao Palácio dos Bandeirantes.

O principal adversário do atual governador, o ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), ficaria em segundo lugar, com 34,5% das intenções de votos.

Já em um eventual cenário de segundo turno entre Tarcísio de Freitas e Fernando Haddad, considerando que o atual não fosse reeleito logo no primeiro turno, Tarcísio venceria com uma vasta margem de diferença em comparação a Haddad, com 52,9% das intenções de votos contra 37,5% dos votos para o petista.

Nesta sexta-feira, também

foi divulgada a Pesquisa Datafolha para o governo paulista.

E tal como o Instituto Paraná Pesquisas, ela apontou que, caso as eleições ocorressem hoje, as chances de Tarcísio ser eleito logo no primeiro turno são altas. Segundo o levantamento, em um primeiro turno com todos os candidatos, o atual governador contabiliza 49% das intenções de voto logo no primeiro turno. Em seguida está Fernando Haddad, com 29% dos votos.

Vale destacar que, pela primeira vez, a Datafolha filtrou os resultados e apresentou um resultado somente com os votos válidos (ou seja, desconsiderou os votos brancos e nulos, como, de fato, acontece nas eleições). Nessa situação, Tarcísio seria eleito logo no primeiro turno com 56% dos votos válidos, seguido de 32% para Fernando Haddad.

Em caso de um eventual cenário de segundo turno entre os principais candidatos ao cargo, o atual governador também venceria do petista no maior colégio eleitoral do país, por, respectivamente, 56% a 35% dos votos.

A margem de erro de ambas as pesquisas divulgadas na sexta é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

STF marca sessão para lavar sua roupa suja sob pressão para ampliar julgamento

Fachin é cobrado por ministros por acesso integral ao caso Master e análise conjunta de suspeitas

Por **Beatriz Matos**

O Supremo Tribunal Federal (STF) chega nesta terça-feira (15) a uma sessão extraordinária cercada por dúvidas sobre o alcance do julgamento, o acesso dos ministros às provas e até mesmo com a possibilidade de adiamento da análise.

Convocada pelo presidente da Corte, Edson Fachin, em meio à crise provocada pelas investigações do Banco Master, a sessão passou a concentrar uma discussão que vai além das suspeitas envolvendo Alexandre de Moraes.

Nos últimos dias, integrantes do tribunal passaram a defender que questionamentos sobre a atuação de André Mendonça também sejam examinados pelo plenário e que os ministros tenham acesso mais amplo aos elementos da investigação antes de qualquer decisão.

A pressão amplia o desafio de Fachin para conduzir o julgamento.

Além de definir o rito da sessão, o presidente do Supremo terá de lidar com pedidos para reunir procedimentos hoje separados, cobranças pela abertura integral dos documentos do caso Master e questionamentos sobre a necessidade de aprofundar a instrução antes de uma manifestação definitiva da Corte.

Decano da Corte (o ministro mais antigo), Gilmar Mendes pediu que Fachin concentre sob sua condução os procedimentos que envolvem Moraes e Mendonça e defendeu que as questões sejam analisadas conjuntamente pelo plenário.

O ministro também levantou dúvidas sobre a realização da sessão nesta terça-feira diante da necessidade de aprofundar a instrução dos casos.

Segundo Gilmar, os procedimentos têm conexão e não deveriam avançar separadamente antes que sejam delimitados os investigados e os fatos sob análise e concluídas as medidas consideradas necessárias para uma decisão do colegiado. A posição reforça a possibilidade de adiamento da sessão, embora, até agora, o julgamento continue marcado.

ABERTURA DOS DOCUMENTOS

A discussão sobre o acesso ao conjunto de provas produ-



GUSTAVO MORENO/STF

Imagem da Justiça é cega por ser imparcial. Assim será na terça-feira?

zidas no caso Master ganhou força na sexta-feira (11).

Mendonça havia atendido, na quinta-feira (10), à determinação de Fachin e retirado o sigilo de 15 procedimentos relacionados à investigação. Moraes, porém, afirmou que a abertura foi parcial e acusou o colega de agir com “seletividade”.

Segundo Moraes, 180 documentos teriam permanecido fora do material disponibilizado, entre eles peças relacionadas ao procedimento que levou à prisão do ex-banqueiro Daniel Vercaro e ao inquérito principal do caso Master.

No ofício encaminhado a Fachin, Moraes sustentou que Mendonça, por estar diretamente interessado na controvérsia que será analisada pelo tribunal, teria tornado público apenas o material que considerou conveniente.

A Procuradoria-Geral da República fez cobrança semelhante poucas horas depois. Em manifestação assinada pelo

vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand Filho, o órgão afirmou que parte relevante dos procedimentos vinculados à Operação Compliance Zero havia ficado fora da abertura determinada por Fachin.

O presidente do Supremo acolheu o pedido e deu prazo de 24 horas para a abertura dos procedimentos relacionados ao caso, preservando apenas diligências em andamento ou futuras cuja divulgação possa comprometer as investigações.

Mendonça respondeu posteriormente que não mantém sob sigilo documentos que poderiam ser divulgados e afirmou que “todas as peças efetivamente disponíveis” já haviam sido tornadas públicas. Segundo o ministro, diferenças entre a quantidade de documentos apontada no sistema e os arquivos disponibilizados podem decorrer da transferência de peças para outros procedimentos e da existência de documentos de caráter interno.

Cristiano Zanin abriu outra frente ao insistir para que os ministros tenham acesso aos dados extraídos do celular de Daniel Vercaro antes do julgamento.

O ministro pediu acesso à íntegra da mídia que serviu de base para a perícia da Polícia Federal, sob o argumento de que os integrantes do plenário precisam conhecer o conjunto do material antes de deliberar sobre a validade das informações produzidas durante a investigação.

O pedido levou Fachin a cobrar esclarecimentos de Mendonça. O relator respondeu que o aparelho original de Vercaro não está sob sua guarda, mas permanece custodiado pela Polícia Federal.

Segundo Mendonça, seu gabinete recebeu em março apenas um HD criptografado com uma cópia de segurança dos dados extraídos do telefone.

Fachin também precisa definir como será realizada a sessão. Dentro do Supremo, mi-

nistros defendem que a discussão ocorra de forma reservada para evitar que divergências entre Moraes e Mendonça sejam expostas em transmissão televisada.

O QUE SE SABE

Mesmo com a controvérsia quanto a se todos os documentos foram disponibilizados ou não, o conjunto tornado público abre uma série de acusações contra várias pessoas envolvidas no caso Master.

Na linha das negociações feitas para que o Master fosse vendido ao Banco de Brasília, as investigações apontam um desvio de R\$ 17 bilhões a partir de operações falsas de crédito consignado, como as que foram reveladas pelo Correio da Manhã com professores da rede de ensino público da Bahia. Houve a criação de 2,7 mil procurações falsas para assinar empréstimos sem autorização dos titulares. Uso de dados antigos, como roubo de CPFs de bases antigas para gerar Cédulas de Crédito Bancário.

As informações revelam ainda uma extensa rede de pagamento de propinas por Daniel Vercaro. O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, por exemplo, teria recebido R\$ 146,5 milhões a partir da compra de imóveis de luxo em São Paulo e Brasília. Diretores do Banco Central recebiam mesada de R\$ 760 mil e outras vantagens.

Parte da investigação envolve ainda o financiamento do filme Dark Horse. O senador e hoje candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro (RJ), negociou com Vercaro um repasse de R\$ 134 milhões para o filme, dos quais efetivamente recebeu R\$ 64 milhões. Há uma investigação sobre se efetivamente todos esses recursos foram usados na produção da cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Outros personagens do mundo político também são alvos de investigação. Caso do senador Jaques Wagner (PT-BA), ligado ao braço do caso Master que se conecta à Bahia – onde originou-se também o esquema de consignados fantasmas revelados pelo Correio da Manhã.

Outros políticos também são investigados pelas relações com Daniel Vercaro, como o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI).



LUIZ SILVEIRA/STF

Mendonça e Moraes são os principais antagonistas da crise



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

TCU rebate presidente da CVM e aponta responsabilidade de diretores por fiscalização no caso Master

■ O Tribunal de Contas da União (TCU) rebateu uma afirmação do presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Otto Lobo, sobre o papel dos diretores da autarquia e afirmou que a cúpula do órgão tem responsabilidade sobre a supervisão e a fiscalização do mercado. A manifestação consta de resposta do tribunal ao Senado sobre processos envolvendo o Banco Master, de Daniel Vorcaro, e a atuação da CVM.

■ O posicionamento foi dado após a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) questionar o TCU sobre uma declaração feita por Lobo de que “diretor da CVM não supervisiona e não fiscaliza; o que ele faz é julgar processos”.

■ Na resposta, o tribunal afirmou que essa interpretação não encontra respaldo na estrutura institucional e nas normas que regem a CVM. Segundo o TCU, embora as atividades cotidianas de fiscalização sejam executadas pelas áreas técnicas da autarquia, isso não afasta a responsabilidade dos integrantes do colegiado.

■ O TCU ressaltou que cabe à cúpula da CVM estabelecer diretrizes e acompanhar o funcionamento da estrutura responsável pela fiscalização do mercado.

■ Segundo o tribunal, o colegiado tem o dever de “direcionar, acompanhar e assegurar a regularidade do sistema de supervisão e fiscalização”, além de zelar pela proteção dos investidores e pela integridade do mercado.

■ A manifestação ocorreu no âmbito de uma solicitação apresentada pela CAE do Senado. O colegiado pediu informações ao TCU sobre processos relacionados à CVM, ao Banco Master, à Ambipar e à atuação de Otto Lobo.

■ Apesar de contrariar a interpretação de Lobo sobre as atribuições dos diretores, o TCU ressaltou que não realizou uma análise de mérito das operações envolvendo o Banco Master, o Fundo Master, a Ambipar, Daniel Vorcaro e Nelson Tanure.

REPRODUÇÃO/YOUTUBE



Otto Lobo afirmou que papel do diretor da CVM não é supervisionar ou fiscalizar

■ “Este Tribunal não realizou exame material das operações societárias ou financeiras envolvendo o Banco Master S.A., Fundo Master, Ambipar, Nelson Tanure, Daniel Vorcaro e suas respectivas partes relacionadas”, registra o documento.

■ O tribunal também esclareceu que não avaliou, nesses processos, se a fiscalização exercida pela CVM foi suficiente ou insuficiente, nem analisou eventuais impactos das operações sobre acionistas minoritários ou a existência de divergências entre pareceres das áreas técnicas da autarquia e decisões tomadas pelo colegiado.

■ O TCU informou ainda que, nos processos identificados relacionados diretamente a Otto Lobo, não houve constatação de irregularidade ou conclusão desfavorável ao atual presidente da CVM. As análises realizadas pelo tribunal ficaram restritas aos aspectos formais e processuais submetidos à Corte de Contas.

KARINA CARRASCOZA

Professora, Mestre em Farmacologia, Anestesiologia e Terapêutica (UNICAMP). Doutora em Saúde da Criança e do Adolescente (UNICAMP)

R\$ 21 mil por 20 horas: por que o salário de um dentista causa tanto espanto?

Um termo de referência para o próximo concurso público de Blumenau, em Santa Catarina, provocou uma reação que merece ser observada com atenção. O documento prevê remuneração superior a R\$ 21 mil para o cargo de cirurgião-dentista, com jornada de 20 horas semanais. Antes mesmo da publicação do edital, o valor repercutiu entre profissionais de todo o país e nas redes sociais. Para muitos, a primeira hipótese não foi a de que se tratava de uma remuneração possível, mas a de que deveria haver algum erro no documento.

O espanto diz muito sobre a realidade da Odontologia brasileira.

Até a publicação do edital, é evidente que as condições previstas no termo de referência podem ser modificadas. Não se trata, portanto, de antecipar conclusões sobre o concurso de Blumenau. O episódio, contudo, já revelou uma discussão muito mais ampla: por que uma remuneração elevada para um cirurgião-dentista causa tanta surpresa, enquanto salários incompatíveis com a responsabilidade e a qualificação exigidas pela profissão frequentemente passam quase despercebidos?

Quem acompanha concursos públicos na área de Odontologia conhece bem a heterogeneidade do cenário brasileiro. Profissionais com a mesma formação encontram, de município para município, remunerações radicalmente diferentes — por vezes para jornadas semelhantes e atribuições igualmente complexas.

Leis locais, planos de carreira, gratificações e estruturas administrativas ajudam a explicar parte dessas diferenças. Mas não eliminam a pergunta central: qual é, afinal, o valor que o poder público atribui ao trabalho do cirurgião-dentista?

A resposta não pode ser encontrada apenas em uma planilha salarial.

Formar-se em Odontologia exige anos de estudo, investimento financeiro e aperfeiçoamento permanente. O exercício profissional envolve responsabilidade técnica, decisões clínicas e um compromisso direto com a saúde da população. No serviço público, esse trabalho ganha uma dimensão ainda maior, especialmente em um país no qual milhões de brasileiros dependem do sistema público para prevenção, diagnóstico e tratamento.

Ainda assim, criou-se uma espécie de normalização da remuneração insuficiente.

É justamente esse o ponto mais revelador da polêmica de Blumenau. Salários baixos para cirurgiões-dentistas em concursos públicos raramente se tornam assunto nacional. Poucos questionam se uma remuneração modesta é compatível com a formação exigida, a responsabilidade assumida e o impacto social da atividade. Quando aparece um valor significativamente superior ao padrão encontrado em parte dos concursos, porém, instala-se imediatamente a desconfiança.

Como se pagar bem fosse, por definição, um erro.

A discussão também expõe uma contradição presente no debate sobre o serviço público. Cobra-se eficiência, qualidade e atendimento humanizado. Espera-se que profissionais altamente qualificados permaneçam nas carreiras públicas e atendam populações cada vez mais demandantes. Mas nem sempre se discute com a mesma intensidade a ne-

cessidade de construir remunerações capazes de atrair, valorizar e reter esses profissionais.

Naturalmente, todo gasto público deve ser analisado com responsabilidade. Remuneração não pode ser discutida isoladamente da realidade orçamentária, das regras legais e da estrutura de cada carreira. Transparência e critérios técnicos são indispensáveis. Isso, porém, não significa aceitar como natural que profissionais altamente especializados sejam remunerados abaixo da responsabilidade que assumem.

O debate sobre os R\$ 21 mil previstos no documento de Blumenau não deveria se resumir à pergunta sobre se o valor é alto demais. A questão mais importante talvez seja outra: por que nos acostumamos tanto a remunerações baixas que um salário capaz de reconhecer adequadamente uma profissão passa a parecer uma anomalia?

Independentemente do valor que venha a constar no edital definitivo, Blumenau já prestou um serviço involuntário ao debate nacional. O episódio colocou em evidência a profunda disparidade salarial da Odontologia no serviço público e revelou algo ainda mais preocupante: a facilidade com que naturalizamos a desvalorização profissional.

Talvez seja hora de inverter a pergunta. Em vez de apenas questionar por que um cirurgião-dentista poderia receber R\$ 21 mil por uma jornada de 20 horas semanais, deveríamos perguntar por que, em tantos outros lugares do país, profissionais com a mesma formação, responsabilidade e importância para a saúde pública recebem valores que quase ninguém considera surpreendentemente baixos.

A verdadeira polêmica talvez não esteja no salário que chamou a atenção em Blumenau. Pode estar naquilo que aprendemos a aceitar como normal.

Por Cláudio Magnavita*

A ex-presidente da Caixa e porta-voz da equipe econômica do candidato Flávio Bolsonaro, Daniella Marques, deu entrevista exclusiva ao jornalista Cláudio Magnavita, publisher do **Correio da Manhã**. A seguir, você pode conferir a segunda parte do encontro:

Cláudio Magnavita: Um banqueiro com quem a gente tem um relacionamento, aliás, banqueiro que foi grande do seu financeiro, ele esmaga na vida. A pior coisa pra nossa instituição são as agências bancárias. Se a gente fechasse todas as agências bancárias, nós estaríamos com um dos melhores balanços do mundo. Você acha que é certo que o governo continue financiando o sistema financeiro com essa remuneração que tá, cobrindo os déficits e transformando os bancos em privados, no grande financiador dessas loucuras, os desregulamentos da área pública? Como é que você vê essa relação? Você que presidiu o maior banco, a Caixa.

Daniella Marques: Eu acho que o digital, primeiro, ele tem um ganho de produtividade grande pra todo mundo. Então se a dona de casa pode acordar e achar a vaga de creche aqui, e ela tem um bônus de internet, por isso a gente enxerga na internet a infraestrutura do futuro. Porque se o governo usa o dinheiro de um fundo público que já existe para promover a inclusão digital, e ao invés dela pegar dois anos para chegar numa agência do CRAS ou numa prefeitura para buscar uma vaga de creche, né, ou uma fonoaudióloga, uma mãe atípica, se ela consegue achar isso na palma da mão, isso é eficiência para o governo e eficiência para ela. E aí você tem a realidade do que são as cidades metropolitanas e o que é o Brasil. O Brasil é um país continental, né? E eu viajei o Brasil inteiro como presidente da Caixa, quando você vai para Novo Airão, você tem uma agência da Caixa lá porque é um negócio muito importante para aqueles moradores de lá e é o que faz circular aquela economia de lá. Então você tem uma diferença aí nessa eficiência. Você tem uma diferença entre o que são



claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

ENTREVISTA COM DANIELLA MARQUES, EX-PRESIDENTE DA CAIXA

O lado humano e familiar de Daniella Marques

Confira a segunda parte da entrevista exclusiva com a ex-presidente da Caixa e porta-voz da equipe econômica de Flávio Bolsonaro



"A sua origem não determina o seu destino", afirma a ex-presidente da Caixa

as regiões metropolitanas, né, onde uma mulher da favela aqui em São Paulo, ela tem um grau de instrução já e vulnerabilidade, e ela já está muito mais digitalizada do que uma mulher lá em Marajó, né? Então o governo tem que reconhecer essas realidades. Um banco privado vai fazer o que é eficiente para ele.

CM: E para os seus acionistas.

DM: E para os seus acionistas. Só que hoje, quando você é rentista, se está emprestando a juro de 14%, a juro de 7% e tal, a máquina está girando. Só que agora a criticidade da situação foi tão grande, de inadimplência, que o balanço dos bancos vai colapsar também. Então você vê que essa rodada de resultados, a inadimplência de cartão do Banco do Brasil dobrou em três meses. Então

o Santander já fez um prognóstico ruim, o Bradesco teve que fazer uma mega capitalização. Então a roda ali gira até um nível em que ainda as famílias e as empresas começam a pagar. Quando você tem R\$ 200 bilhões de dívida arrebatando, vai colapsar o balanço dos bancos também. Então, eu falo que a água subiu e bateu porque, enquanto tá administrável, é 60 de dívida PIB, é 68, o juro é 10% a 14%. Agora, a hora que desancora, você perde a âncora e fica aí no mar revolto, é esse momento. Esse momento que a gente tá agora, e pra finalizar, assim, antes você colocava o sistema financeiro contra a população, o empresário contra o empreendedor. Agora, quando o empresário tá quebrado junto, assim, e tá arrebatando todo mundo no balanço dos bancos, gerando desemprego, manda 3 mil

pessoas embora, aí você vem na Justiça e manda dar uma canetada pra Casas Bahia recontratar? Você acaba de afugentar. Por isso que a gente tá exportando as empresas pro Paraguai. Os caras falam: está insano esse país. Então, eu acho que agora perdeu a mão geral, assim.

CM: Agora, Dani, tem um aspecto que você colocou. As pessoas estão colocando muito em passar, e essa paternidade ao Bolsonaro não é dada, que é a questão do Pix. Eu cheguei agora aqui, quando eu soltei do táxi, o rapaz disse: O senhor quer pagar? Pode pagar com Pix. Quer dizer, aquilo entra na nossa naturalidade e foi uma conquista da sua equipe. O Pix é uma realização da gestão Paulo Guedes. Você acha que o brasileiro entende, compreende a im-

portância que foi você fazer inclusão bancária através de uma ferramenta de milhões de brasileiros que passaram a poder utilizar uma ferramenta?

DM: Isso foi uma agenda de inovação do Banco Central, apoiada pelo presidente Bolsonaro. O Roberto Campos ganhou quatro vezes o melhor presidente de Banco Central do mundo. Eu estava no evento do Palácio, até outro dia postei, né, antes que esqueçam, uma live que eu fiz com o presidente Bolsonaro e a gente falando: o pessoal dos bancos não tá triste, porque tirou R\$ 10 bilhões de tarifa dos bancos. Democratizando, só que agora no governo do Flávio, a gente quer ir pro próximo passo. O que é o próximo passo? Então o Pix virou uma conquista nacional. O cara vende morango no sinal, você paga com Pix, a manicure com Pix. Você vai num turismo lá, eu fui em Manaus, numa barraquinha indígena. A indígena te vende um arco e flecha com Pix. Então isso democratizou. Como é que você continua esse caminho? Justamente, a gente está colocando um programa Minha Primeira Empresa, que é o quê? Registro automático, só paga o imposto daqui a 12 meses, a Caixa vai te dar a maquininha pra você passar o cartão, vai te dar uma conta de PJ. Então hoje, essa conquista que foi feita e ainda está no informal, a gente trazer isso pro mesmo estágio do cara abrir o negócio dele, dar dignidade ao empreendedor, e não ter que ter tarifa de Pix no PJ, a Caixa tem que dar a maquininha. Então, quando a gente fala que a Caixa vai ser o banco da prosperidade, é ela ser o motor desse cara e a gente continuar esse passo e ir além do Pix, de dar um sisteminha pra ele emitir a nota fiscal dele, dar a maquininha pra ele passar, ajuda a formalizar. Então é esse tipo

de estrutura pra acelerar. O brasileiro já tem essa vocação empreendedora, né? Ele quer ter seu negócio, ele quer entregar no aplicativo, ele quer montar, fazer sua lojinha de bolo. Então ele já tem, eu fiz uma pesquisa na época, mais de 70% dos beneficiários do Bolsa Família tinham algum tipo de renda informal. Vamos manter o Bolsa Família? Vamos, sagrado, conquista. Política de Estado que funciona é pra ser preservada e aprimorada. Mas vamos agora nos orgulhar de quantas famílias cresceram, montaram seu negócio, prosperaram, começou a comprar um carro, começou a comprar geladeira. Então é esse, a continuidade do Pix é justamente a gente dar esse motor de oportunidade para as pessoas.

CM: Você falou em Banco Central, quase termina a entrevista sem lhe perguntar. Eu dei uma nota, até fiz um comentário que bombou na internet, falando de uma relação civilizada com o Gabriel Galípolo. que vai ser presidente do Banco Central até dia 31 de dezembro de 2028, bem diferente das agruras que o Campos Neto enfrentou. Como é que você vê o presidente do Banco Central?

DM: Eu tenho respeito enorme por ele. Acho que manteve... essa independência foi um avanço institucional importante para manter a estabilidade econômica agora, senão já tinha desencorado. As decisões são pautadas pela técnica, são transparentes tecnicamente, né, por quê? E justamente o Banco Central está sozinho hoje com esse juro tão alto porque o governo não está fazendo o trabalho dele no controle das contas. E se o Banco Central baixar os juros na marretada, como alguns querem fazer, o que dispara é a inflação, e o pobre sabe. Não tem imposto maior para pobre do que a inflação. Então, economia é uma ciência, não é ideologia. Então eu acho que ele conseguiu, apesar de ter sido instigado a fugir da atuação técnica, eu tenho um respeito enorme, e isso é importante institucionalmente para o Brasil, que ele tenha uma atuação pautada na técnica, e assim será.

CM: A relação civilizada chegando à liberdade e, sobretudo, à autonomia do Banco Central. Eu queria lhe agradecer muito a entrevista. Eu acho que nós temos um elo comum, que é o fato de o Correio da Manhã ter o Correio Sul Fluminense, você é de Barra Mansa.



Magnavita presenteou Daniella com a biografia de Niomar Muniz Bittencourt, que presidiu o Correio da Manhã

Eu queria falar, vou falar do livro, mas eu queria que você falasse da mulher. Eu queria que você falasse da mulher, da garotinha de Barra Mansa, que hoje tem a chance de ter essa atuação nacional. Eu gostaria muito de mergulhar agora nessa imagem da garotinha que sai de 11 anos de idade... Aliás, a idade do seu filho, você sai de Barra Mansa praticamente com a mesma idade do seu filho. Me fala um pouco dessa visão sua como garotinha de Barra Mansa, em olhar, estar aqui sentado dando uma entrevista, falando para o Brasil, com a responsabilidade que sai de... gerir e colocar novamente em prática tudo o que foi feito nos últimos quatro anos do governo Bolsonaro. Eu queria essa visão sua, principalmente nesse olhar do Sul Fluminense, porque Barra Mansa tem uma cultura muito especial, porque Volta Redonda e Barra Mansa, a identidade... Dá orgulho pro Rio, né? Pro interior do Rio ver um município conhecer a projeção e essa responsabilidade histórica.

DM: O que eu posso dizer para as mulheres, principalmente, é assim: a sua origem não determina o seu destino, né? Sonhar pequeno, sonhar grande tem o mesmo custo, né? Então eu falo que parte da minha motivação agora de servir é que as pessoas merecem voltar a sonhar. Quero que elas sonhem grande e, assim, o que a gente quer para os brasileiros, assim como o que eu quero para os meus filhos — tenho um de um ano e meio também, que é um milagre, foi aos 45 anos — é: você cria seus filhos pra quê? Pra ter propósito, se educar, crescer e voar sozinhos. Você não quer que esteja com 40 anos, 50, morando com uma

mãe. Então a gente quer fazer um governo marcado não por preservar as pessoas numa prisão de assistência, e sim que elas realizem esses sonhos e voem alto, né?

CM: Mas quem tem o pai, o pai, o gerente geral da Caixa, do Banco do Brasil, que sai lá de baixo... a gente tem exemplos, tem de casa, né, desse crescimento profissional. Em base familiar e de fé, né?

DM: Eu sou muito católica, com meus escapulários aqui me protegendo. Porque a fé é a base de tudo, né? Você fala, como eu cheguei na reza também, as minhas promessas... Essa menina de Barra Mansa, que era ousada, então assim, eu não tinha freio pro que eu pensava, e eu fazia umas promessas ousadas.

CM: Você falou que teve colega do catecismo, né? Então você seguiu todo o ritual.

DM: Fiquei catecismo, casei na igreja agora, então meus filhos foram batizados na Igreja Católica. Então eu acho que a fé é a sua base essencial, senão a gente é uma mosca no caos, né? Independente de qual religião você tem, mas acho que a fé ancora muito, e pra Deus nada é impossível. Então eu era muito ousada, assim, de sonhos, de pensamento. Eu escrevia as minhas intenções e botava no papel, sempre coloquei e continuo colocando. Eu falava: Eu quero ter um milhão de dólares, eu quero ter isso. E eu conquistei, materializei, por isso eu tenho um senso tão grande de retribuir, porque eu vejo as pessoas... a Magnavita perderam a fé um pouco nas lideranças. Você vê muita gente indo pra vida pública pra se servir. A vida pública, você vai lá pra ser funcionário público, né, e servir ao coletivo. Você não vai lá pra

ficar rico. Você vai ficar rico se tem que produzir alguma coisa e conquistar na via privada. Então eu tenho feito agora todo esse sacrifício, eu tenho vontade de servir pra gente resgatar essa essência, deixar um legado pro Brasil, pros meus filhos, de mudança e de inspiração, de que as pessoas não precisam ficar presas no pequeno, né? E cabe ao Estado ser o motor de capacidade, de desenvolver, de encorajar, de estimular. Então isso, mulheres principalmente, são sobre-carregadas, cuida de filho, cuida de casa, cuida de idoso. Então você equilibrar tempo e mostrar que uma mulher de sucesso, ela pode conseguir. Equilibrar e conquistar, mas o Estado tem que prover algumas coisas também de apoio. Então, se a gente tem um milhão de crianças esperando vaga de creche, um milhão de mães não podem trabalhar, né? Eu tô aqui com você hoje porque tem alguém me ajudando em casa, minha mãe tá aí, aliás, me ajudando na minha campanha, porque eu tô trabalhando num ritmo intenso. Então, o Estado tem que ser um desenvolvedor de capacitar, de capacidades e não aprisionar as pessoas num medo, né? De: 'Não, eu não quero voar sozinha porque eu tenho medo de voltar a passar fome, de alguma coisa estar errada.' Por isso a gente tem colocado algumas coisas assim também, de: 'Olha, o seu cadastro tá aqui garantido, vai. Se alguma coisa der errado, você volta, vai estar aqui, mas vai mais, né?' E isso... E o Brasil tem essa gana, né? O Brasil é guerreiro, ele é bem-humorado, ele não tem preconceito.

CM: Bom, Dani, muito obrigado. É importante mostrar esse lado humano, sobretudo fazer jornalismo direito, ou seja, uma entrevista que você mostra exa-

tamente o lado humano das pessoas, mas sobretudo você mostra que existem pessoas que estão querendo servir o Estado, servir a população e, de uma certa forma, como Paulo Guedes, que eu admiro muito o ministro Paulo Guedes, eu acho que a história ainda vai reconhecer ainda mais o que ele fez, porque é uma pessoa que perdeu dinheiro, a mulher também perdeu, poder trabalhar para o serviço público, mas sobretudo para construir um futuro melhor pra você agora, em dose dupla, com um filho bebê.

DM: E acho que a semana tanto do presidente Bolsonaro, que eu convivi, é uma das pessoas mais íntegras, ou a mais íntegra que eu já conheci de... Pureza de pensamento e vontade de ajudar. Para mim, esse aprendizado de Brasil Real veio dele, tanto ele quanto o municipal Guedes deixaram sementes. Então a gente tá disseminando essas sementes, o Flávio, eu, o Adolfo Saxida, um pedaço do time, eu chamo da corrente do bem, isso. Cláudio Lottenberg, veio o Adriano Pires, aí vai um contagiando o outro, você fala: Pô, a gente vai mudar o Brasil. E agora, sim, tá um arrasto de gente se alistando pra servir, como eu falo, e tá com o Flávio Bolsonaro nessa missão dele, eu tenho certeza que vai dar certo.

CM: E o Flávio tem um componente de ponderação que é muito importante. Eu até brinco, Antônio Carlos Magalhães tinha no Luiz Eduardo um filho que falava com todas as correntes, que fazia o diálogo, e o Antônio Carlos tinha muita reverência a essa força do Luiz Eduardo, como o presidente Bolsonaro sempre. E foi muito importante essas ponderações do Flávio durante o governo do pai, porque ele conseguiu manter um canal de diálogo, que o Brasil precisa acabar com essa polarização. O Brasil precisa ter paz, né?

DM: Precisa ter paz. Não há ambiente econômico de crescimento se a gente não tiver uma paz institucional e voltar pra normalidade. E um governo que não atrapalhe o empreendedor. E mudar de governo significa a gente voltar pra uma normalidade e sair desse estado policialesco que a gente tá.

Gente VIP

BARROS MIRANDA
barrosmiranda@correiodamanha.net.br

10 anos do CPC: análise, desafios e perspectivas em curso que reúne comunidade jurídica no TJRJ

Os dez anos de vigência do Código de Processo Civil (CPC) estão sendo analisados em um curso que reúne magistrados, advogados, juristas e representantes de instituições do sistema de Justiça.

A programação teve início na sexta-feira, 11/9, na sede do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), com reflexões sobre a aplicação do Código, seus avanços, desafios e as perspectivas para os próximos anos.

Entre os palestrantes, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho e a desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), Sayonara Grillo Coutinho, além de outros nomes de destaque da comunidade jurídica.

Realizado conjuntamente pela EMARE, EMERJ, EJUD1 e EJE-RJ, com apoio de importantes instituições jurídicas e acadêmicas, o curso terá novos encontros ao longo do mês.

Na abertura, estiveram presentes o corregedor-geral da Justiça, Cláudio Brandão, o diretor-geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), desembargador Cláudio Luís Braga dell'Orto, o advogado Rodrigo Fux e outras autoridades.



ROSANE NAYLOR

Mesa de abertura; desembargador Federal Aluísio Gonçalves de Castro, a desembargadora Patrícia Serra, o desembargador Cláudio dell'Orto, a professora Teresa Arruda Alvim, o ministro do TST LUIZ Philippe Vieira de Mello, a desembargadora Sayonnara Grillo Coutinho, Rita Cortez o desembargador Cláudio Brandão, Alessandra Lamha e o procurador Bruno Dubeux.



ROSANE NAYLOR

O ministro Luiz Philippe Vieira de Mello com os desembargadores Cláudio Brandão e Cláudio dell'Orto



ROSANE NAYLOR

As desembargadoras Patrícia Serra, Ana Paula Barros e Mônica Feldman



ROSANE NAYLOR

O desembargador Cláudio dell'Orto é Rodrigo Fux



ROSANE NAYLOR

A professora Teresa Alvim com o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello e a desembargadora Sayonara Grillo Coutinho



ROSANE NAYLOR

Os desembargadores Cláudio Brandão e Aluísio Gonçalves de Castro



ROSANE NAYLOR

O ministro Luiz Philippe Vieira de Mello com o diretor-geral da EMERJ, desembargador Cláudio dell'Orto



ROSANE NAYLOR

O encontro aconteceu no Plenário Ministro Waldemar Zeiter, o principal do TJRJ

Golpe já altera QR Code do Pix em lojas virtuais e desvia pagamentos de clientes

Fraude infecta página de pagamento e direciona valores para contas controladas por criminosos

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Os comerciantes devem manter os sistemas atualizados, adotar senhas fortes e monitorar alterações suspeitas nas páginas de pagamento

Da Redação

O Procon de São Paulo alertou consumidores sobre uma fraude que modifica o QR Code e o código Pix Copia e Cola apresentados nas páginas de pagamento de lojas virtuais. A alteração redireciona o valor da compra para contas controladas por criminosos, embora o processo aparente funcionar normalmente para o cliente.

O golpe ocorre por meio da invasão do sistema da loja, e não necessariamente do celular ou do computador usado pelo comprador. Um código malicio-

so é inserido na plataforma de comércio eletrônico e substitui os dados legítimos do pagamento no momento em que a transação é concluída. Dessa forma, todos os consumidores que utilizarem o site comprometido podem ser afetados.

A fraude foi identificada principalmente em pequenos e médios estabelecimentos que utilizam a plataforma Magento. Segundo informações divulgadas por especialistas em segurança digital, ao menos 90 sites brasileiros foram encontrados com o código malicioso. A substituição pode atingir tanto o QR

Code exibido na tela quanto a sequência numérica usada na modalidade Pix Copia e Cola.

A mudança não produz sinais visuais evidentes na página. Por isso, o Procon-SP recomenda que o consumidor confira os dados apresentados pelo aplicativo bancário antes de autorizar qualquer transferência. O nome ou a razão social do recebedor e o CNPJ devem corresponder às informações fornecidas pela loja.

O código malicioso também pode capturar dados de cartões de crédito quando essa forma de pagamento é escolhida. Nes-

se caso, a compra pode ser processada pelo estabelecimento, enquanto as informações do cartão ficam disponíveis para uso posterior em operações fraudulentas. A orientação é utilizar cartões virtuais que sejam temporários, cujos dados expiram depois da transação.

Caso o desvio seja percebido, o consumidor deve entrar em contato imediatamente com a instituição financeira, registrar a contestação e solicitar a abertura do Mecanismo Especial de Devolução do Pix. O procedimento permite rastrear a transferência e ten-

tar bloquear os recursos nas contas envolvidas. A rapidez na comunicação aumenta a possibilidade de recuperação do dinheiro, pois os valores podem ser enviados para outras contas em pouco tempo.

Também é recomendado guardar comprovantes, capturas de tela, mensagens, dados do pedido e protocolos de atendimento. Se a situação não for resolvida, o consumidor pode registrar reclamação nos canais do Procon e fazer um boletim de ocorrência. A documentação ajuda na análise do caso e na identificação das responsabilidades.

Os comerciantes devem manter os sistemas atualizados, adotar senhas fortes e monitorar alterações suspeitas nas páginas de pagamento.

A queda inesperada na confirmação de pedidos pagos por Pix também pode indicar que os valores não estão chegando à conta correta. Lojas que identificarem anormalidades devem suspender temporariamente a modalidade, revisar o ambiente tecnológico e informar os clientes potencialmente afetados.

O Procon de São Paulo reforça que a conferência do destinatário deve ser feita em todas as transferências, mesmo quando a compra ocorre em um site conhecido. A aparência regular da página não garante que o código gerado para o PIX esteja vinculado ao vendedor correto.

Governo planeja leiloar prédios históricos no Centro

SERGIO BRISOLA/DESCUBRA SAMPA

Da Redação

O governo de São Paulo planeja leiloar prédios históricos localizados no Centro da capital e atualmente ocupados por órgãos estaduais ou sem uso. Entre os imóveis estão o antigo Hotel Esplanada, o Cine Marrocos e o edifício do antigo Banco de São Paulo. Os primeiros leilões estão previstos para 2027.

A proposta ainda está em elaboração e prevê que a venda tenha regras sobre a destinação dos edifícios. Os contratos deverão estabelecer exigências para preservar os imóveis tombados e permitir novos usos, como hotelaria, moradia, cultura e entretenimento. Projetos de retrofit, que modernizam a estrutura mantendo caracterís-

ticas arquitetônicas, também são estudados.

Um dos imóveis incluídos no plano é o Hotel Esplanada, na Praça Ramos de Azevedo, atrás do Theatro Municipal. Inaugurado em 1923, o prédio foi projetado pelo arquiteto francês Joseph Gire, responsável também pelo Copacabana Palace, no RJ. Adquirido pelo Estado em 2012, atualmente abriga as secretarias de Agricultura e Turismo, com 621 funcionários. A intenção é que volte a ter uso hoteleiro.

O Cine Marrocos, inaugurado em 1951 e sem funcionamento regular desde os anos 1990, também está no pacote. O projeto em análise prevê recuperar a antiga sala, com capacidade para aproximada-



Hotel Esplanada está entre os imóveis que podem ir a leilão

mente 2 mil pessoas, para receber espetáculos. A torre de 12 andares poderá ser destinada à habitação.

Os estudos estão relacionados à construção do novo Centro Administrativo do Estado nos Campos Elíseos. O complexo deverá concentrar aproximadamente 22 mil servidores que hoje trabalham em dezenas de imóveis espalhados pela capital. As obras estão estimadas em R\$ 6,1 bilhões, com entrega prevista para 2030.

Segundo o secretário de Projetos Estratégicos, Guilherme Afif Domingos, a arrecadação com os leilões poderá ajudar a pagar parte das desapropriações para o novo centro administrativo. Esses gastos são estimados em R\$ 600 milhões.

SP está entre as cidades mais barulhentas do mundo

Trânsito e helicópteros, além da vida noturna, elevam ruído na capital

Da Redação

São Paulo ocupa a 19ª posição em um levantamento que estima os níveis de ruído em 50 grandes cidades do mundo. A capital paulista apresenta variação de 68 a 80 decibéis durante o dia e de 55 a 70 decibéis à noite. Trânsito, circulação de helicópteros e atividades noturnas aparecem como as principais fontes sonoras identificadas no município.

O ranking foi elaborado pela plataforma Decibel Shield e atualizado em junho de 2026. Daca, capital de Bangladesh, lidera a lista, com níveis diurnos estimados entre 78 e 95 decibéis e noturnos entre 65 e 80 decibéis. O tráfego de veículos, o uso de buzinas e as obras estão entre os fatores que mais contribuem para o resultado registrado na cidade asiática.

Na classificação, São Paulo aparece logo depois de Nova York, que ocupa o 18º lugar. A

cidade norte-americana tem faixa diurna estimada entre 68 e 81 decibéis e noturna entre 57 e 72 decibéis. Trânsito, construções, sirenes e metrô são apontados como as fontes predominantes. Buenos Aires está na 20ª colocação, com índices de 67 a 80 decibéis durante o dia e de 55 a 68 decibéis à noite, associados principalmente a veículos, ônibus e atividades noturnas.

Os valores atribuídos à capital paulista superam os parâmetros usados como referência no levantamento. As diretrizes da Organização Mundial da Saúde recomendam que a exposição média ao barulho produzido pelo tráfego rodoviário permaneça abaixo de 53 decibéis ao longo do dia e de 45 decibéis durante a noite. Os limites buscam reduzir efeitos negativos sobre a saúde e a qualidade do sono.

A exposição frequente a ruídos intensos pode estar relacionada a distúrbios do



O tráfego de veículos, o uso de buzinas e as obras estão entre os fatores que mais contribuem para o resultado registrado na cidade.

sono, estresse, incômodo, zumbido e perda auditiva. Também há associação com problemas cardiovasculares e prejuízos cognitivos. O impacto varia conforme a intensidade do som, o tempo de exposição, o horário, a distância da fonte e as características do ambiente.

O levantamento não indica que todos os moradores estejam submetidos continuamente aos níveis máximos apresentados. Os resultados representam faixas estimadas para os períodos diurno e noturno e podem variar dentro de cada município. Regiões próximas a grandes avenidas, aeroportos, linhas ferroviárias, obras ou áreas de entretenimento tendem a

registrar condições diferentes das observadas em bairros mais afastados dessas fontes.

A plataforma também informa que não realizou medições diretas e simultâneas nas 50 cidades. As estimativas reúnem informações de relatórios internacionais, mapas oficiais de ruído, bases de transporte e pesquisas acadêmicas. Por isso, a classificação funciona como uma comparação geral da exposição sonora urbana, e não como um retrato uniforme de todas as ruas ou bairros das localidades analisadas.

As dez primeiras posições são ocupadas principalmente por cidades da Ásia e da África. Depois de Daca aparecem Moradabad e Délhi, na

Índia; Cairo, no Egito; Mumbai e Calcutá, também na Índia; Carachi, no Paquistão; Cidade de Ho Chi Minh, no Vietnã; Catmandu, no Nepal; e Lagos, na Nigéria. Nessas localidades, tráfego intenso, buzinas, obras, atividades industriais, geradores e comércio de rua estão entre as fontes mais frequentes.

Na outra ponta do levantamento, Zurique aparece como a cidade menos ruidosa entre as 50 avaliadas. A cidade suíça registra de 53 a 64 decibéis durante o dia e de 43 a 53 decibéis à noite. Viena e Estocolmo figuram entre as localidades menos ruidosas. Amsterdã, Berlim, Sydney, Cingapura, Toronto e Tóquio estão nas últimas posições.

São Paulo lidera ranking latino de cidades felizes

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SP

Da Redação

São Paulo foi classificada como a cidade mais bem posicionada da América Latina no Happy City Index 2026. A capital paulista ocupa o 161º lugar entre 250 municípios avaliados em diferentes países, com 5.743 pontos. Copenhague, na Dinamarca, lidera a lista, seguida por Helsinque, na Finlândia, e Genebra, na Suíça.

O levantamento internacional reúne 64 indicadores distribuídos em seis áreas: cidadãos, governança, meio ambiente, economia, saúde e mobilidade. A edição foi elaborada por 466 pesquisadores a partir de mais de 150 mil registros. Inicialmente, 3.417 cidades foram consideradas e 250 entraram na classificação final.

Entre os resultados de São Paulo, 62% da mobilidade analisada foi enquadrada como verde, ante média de 45,25% no conjunto pesquisado. O índice também considerou acessíveis 99,86% da frota de transporte público da capital paulista, enquanto a média das cidades ficou em 91,18%.

Na área de saneamento, a cobertura de tratamento de esgoto atribuída ao município chegou a 99,6%, acima da média geral de 95,46%. No segmento econômico, São Paulo registrou 209,18 empresas por mil habitantes, ante 138,18 entre as cidades avaliadas. O indicador de poder fiscal atingiu 42,9%, em comparação com a média de 25,56%.

A capital contabilizou 2,06 acidentes de trânsito



Parque Ibirapuera, na Zona Sul da capital paulista

por mil habitantes, enquanto a média do levantamento foi de 8,13. Em contrapartida, apresentou resultados inferiores em reciclagem e oferta de áreas verdes. A taxa de reciclagem conside-

rada pelo estudo foi de 3,5%, diante de uma média de 44,29%. A área verde por habitante ficou em 14,4, contra 72,57 no conjunto analisado. A quantidade de parques por quilômetro quadrado

também ficou abaixo da referência internacional.

Na habitação, a capital paulista obteve índice de acessibilidade de 9,06, ante média de 5,12. Nessa medição, resultados mais altos indicam maior dificuldade de acesso à moradia.

Além de São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte representam o Brasil na lista. Curitiba ficou na 197ª colocação mundial e Belo Horizonte, na 219ª. Entre as latino-americanas, Buenos Aires aparece em segundo lugar regional e em 189º no quadro global. Córdoba, Montevideu, Posadas, Medellín, Aguascalientes e Guadalajara também estão no ranking.

O índice compara condições urbanas associadas ao bem-estar e à qualidade de vida da população.

CORREIO
GRANDE SP

POR **LUIGI FREIRE**
(ESTAGIÁRIO) E
RAFAEL CHINAGLIA

DIVULGAÇÃO DA CÂMARA DE ARUJÁ



Saúde e Educação concentram orçamento de Arujá em 2027

Câmara de Arujá prevê orçamento de R\$ 825 milhões para 2027

A Câmara de Arujá iniciou a análise do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027, que estima a arrecadação de R\$ 825 milhões para o município no próximo ano. A maior parcela será destinada à Saúde, com mais de R\$ 239 milhões, seguida pela Educação, com R\$ 226 milhões. Finanças terá cerca de R\$ 89 milhões e Serviços, R\$ 64 milhões. O projeto está em análise pelo Departamento de Finanças e deve receber parecer técnico até 19 de setembro. A proposta já está disponível para consulta pública no site da Câmara, que receberá sugestões da população. O texto ainda passará por audiência pública e duas etapas de discussão e votação antes de seguir para sanção. Os vereadores terão mais de R\$ 11 milhões para emendas, enquanto o orçamento do Legislativo está estimado em R\$ 39 milhões. Entre as prioridades apontadas pela Prefeitura está a continuidade da construção do novo hospital.

São Bernardo apura falhas em lar de idosos

Três comissões da Câmara de São Bernardo aprovaram, nesta semana, requerimento de informações ao Executivo sobre uma instituição privada de longa permanência para idosos, em Rudge Ramos. A medida ocorre após fiscalização da Vigilância Sanitária apontar irregularidades e determinar interdição. Foram identificados medicamentos vencidos, falhas na administração de remédios, ausência de barras nas camas, luz de vigília e campainha de emergência, além de pendências estruturais e documentais.

MARINA SAKURAI/CMSBC



Os vereadores discutiram pautas referentes a um lar de idosos

Educação é alvo de cobranças em Mogi das Cruzes

A Câmara de Mogi das Cruzes sancionou, nesta semana, as Moções de Apelo nº 114/2026 e 113/2026. A primeira pede apuração de relatos sobre condutas intimidatórias, ameaças e possíveis irregularidades atribuídas à dirigente regional de Ensino, Roselaine Batalha Silva, incluindo referências a Hitler e Mussolini. A segunda cobra do Governo de SP a regulamentação e implementação do Bolsa de Permanência, previsto desde 2018 para alunos vulneráveis de Fatecs e Etec. O benefício busca reduzir desigualdades e evitar a evasão estudantil.

Taboão aprova reconhecimento facial nas escolas

A Câmara de Taboão da Serra aprovou por unanimidade, na sessão da última semana, o projeto que autoriza a implantação de reconhecimento facial nas escolas municipais. A tecnologia poderá controlar acesso e frequência de estudantes, com câmeras e inteligência artificial. Pais ou responsáveis poderão receber notificações sobre entrada e saída de alunos. Sistema poderá incluir professores, funcionários e visitantes.

Osasco

Representantes dos 21 gabinetes da Câmara de Osasco participaram de treinamento sobre emendas impositivas. Servidores da Prefeitura apresentaram o Sistema de Cadastro de Emendas Impositivas, criado para adequar as propostas às normas do Tribunal de Contas. As emendas de 2027 serão protocoladas em outubro.

Ferraz de Vasconcelos

A Câmara de Ferraz passou em primeira discussão substitutivo ao projeto que prevê QR Code nas placas de obras públicas. O código deverá direcionar para a página oficial de transparência, com dados sobre os serviços executados, contratados ou custeados pelo Executivo. A proposta é de David Junior (PP) e ainda passará por votação em segundo turno.

Sabesp/Grande SP

O Programa Reserva Certa, da Sabesp, alcançou 4.300 caixas d'água instaladas na Grande SP, e será ampliado. A iniciativa doa e instala equipamentos gratuitamente em casas sem reserva, reforçando a segurança hídrica. São Paulo lidera, com 2.542 instalações, seguida por Guarulhos (272), Bertiooga (221), Guarujá (146) e Osasco (132).

São Caetano do Sul

O vereador Professor Ródnei (PSD) solicitou estudos para criar o Cartão da Terceira Idade em São Caetano do Sul. Voltado a moradores com 60 anos ou mais, o benefício facilitaria o uso da Zona Azul, com possibilidade de desconto ou gratuidade, conforme critérios da Semob. A proposta tenta aumentar a mobilidade, acessibilidade e inclusão.

Carapicuíba

O vereador Arlen Santos (Pode), de Carapicuíba, solicitou o reforço das rondas da GCM e da Polícia Militar nos bairros Jardim Maria Beatriz, Parque Flórida, Jardim Angélica e regiões próximas. A indicação foi apresentada após relatos de aumento da criminalidade e amplia a presença das forças de segurança para prevenir ocorrências e reforçar a proteção local.

Santo André

O Parque Tecnológico de Santo André abriu inscrições para a oficina “Pensamento Analítico e Visualização de Dados”. Voltada a maiores de 16 anos, a formação terá três turmas em setembro, com aulas presenciais e atividades on-line. Os participantes aprenderão a apresentar dados e além de identificar recursos visuais que podem distorcer informações.



Propostas tratam de infraestrutura, segurança e saúde mental

Guarulhos aprova projetos e discute saúde mental da GCM

Sessão da câmara teve projetos sobre fios, entulho, esporte e inclusão

Da **Redação**

A Câmara de Guarulhos aprovou dois projetos em definitivo na sessão. O PL 11/2025 estabelece regras para organização, identificação e remoção de fios e cabos em postes, atribuindo às concessionárias e permissionárias a responsabilidade pelo alinhamento, segurança e retirada de estruturas inutilizadas. O PL 417/2025 denomina como Praça João José dos Santos uma área sem nome oficial no bairro Vila Maricy. Outros dois projetos previstos em primeira discussão não foram votados por falta de quórum e voltarão à pauta. O PL 46/2025 permite multas e penalidades por descarte irregular de entulhos com base em imagens do CIIG. Já o PL 218/2024 denomina como Praça Berizal uma localidade do Parque Brasília.

No Grande Expediente, foram deliberados favoravelmente 16 itens, sendo 13 requerimentos de informação e três projetos. Entre as propostas estão a criação do Programa Municipal Esporte e Vida 60+, voltado a homens com 60 anos ou mais, a denominação de Avenida Alfredo Sanches Umanes para eixo viário no Bonsucesso e a instituição da Feira Municipal do

Colecionismo.

Na saúde, a Comissão Técnica de Higiene e Saúde Pública analisou dois projetos no período. Os vereadores Gilvan Passos (Republicanos) e Geraldo Celestino (Mobiliza) deram parecer favorável ao PL 400/2025, que cria o Programa Atenção e Cuidado com Nossos Guardas Municipais. A proposta prevê conscientização, cuidados com a saúde mental e apoio psicológico à GCM.

Segundo a comissão, a iniciativa não deve gerar custos significativos, pois a GCM já tem psicólogos. O texto segue tramitação.

Por outro lado, o PL 446/2025 recebeu parecer contrário. A proposta criaria a Sala do Afeto (Calm Zone), espaço destinado ao acolhimento de crianças, adolescentes e adultos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de acompanhantes, em crises de ansiedade e agitação. A medida abrangeria estabelecimentos públicos e privados.

A agenda legislativa de Guarulhos reuniu medidas sobre infraestrutura urbana, serviços públicos, segurança, saúde mental, esporte e inclusão, com projetos em diferentes fases de tramitação e continuam em tramitação para novas deliberações.

Unicamp participa do Campinas Innovation Week 2026 com programação de 60 anos

Estande panorâmico de 40m² projetado para integrar ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo

Da Redação

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) participa do Campinas Innovation Week (CIW) 2026 com um estande panorâmico de 40 metros quadrados, projetado para integrar e destacar diferentes frentes do ecossistema de ciência, tecnologia, inovação e empreendedorismo da Unicamp. A presença da instituição nesta edição marca as comemorações dos 60 anos da Universidade. O estande estará aberto ao público de 15 a 18 de setembro, das 9h às 17h, no Prédio do Relógio, localizado no Pátio Ferroviário de Campinas.

No espaço, visitantes, empresários, empreendedores e investidores poderão conhecer centros de pesquisa de excelência, tecnologias disponíveis para licenciamento, soluções da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp), o projeto do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS Unicamp) e startups vinculadas ao Parque Científico e Tecnológico e à Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da Unicamp (Incamp).

CENTROS DE PESQUISA E PROGRAMAÇÃO TEMÁTICA

Os Grandes Centros Temáti-



Estande da Unicamp: centros de pesquisa de ponta, portfólio de patentes, startups, soluções da Funcamp e do HIDS

cos da Unicamp são estruturas interdisciplinares apoiadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PRP) e pelo Gabinete do Reitor, que reúnem pesquisadores de diferentes áreas para investigar temas complexos na fronteira do conhecimento.

Os grandes centros levarão ao estande pesquisas e soluções em áreas estratégicas como conectividade 5G/6G, novas terapias para o tratamento do câncer, plasticultura sustentável, energias renováveis, inteligência artificial e biogás e bioprodutos.

INOVA UNICAMP: TECNOLOGIAS E STARTUPS PARA O CIW

Como Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade, a Agência de Inovação Inova Unicamp atua na proteção de patentes, na transferência de tecnologias para o mercado e na articulação de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) com o setor empresarial. A Agência também gerencia o Parque Científico e Tecnológico, a incubadora Incamp e apoia a rede de mais de 1.500 empresas-filhas da instituição.

No estande, a Inova Unicamp apresentará tecnologias de alto potencial de inovação, permitindo que o público converse diretamente com os inventores, interaja com as soluções expostas e conheça as formas de parceria com a Universidade. A Agência exibirá seis tecnologias do Portfólio da Unicamp disponíveis para licenciamento, abrangendo áreas como agrotecnologia, sustentabilidade ambiental, soluções para a indústria, biotecnologia e tratamento de água.

A Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp) participa representada por duas iniciativas que traduzem frentes distintas de sua atuação institucional: o Núcleo de Gestão de Concursos (NGC) e o Lumina, Fundo Patrimonial da Unicamp, cuja gestão e execução são realizadas pela Funcamp. Constituído nos termos da Lei nº 13.800/2019, o Lumina inclui iniciativas como o Programa Fontes Lumina, que reconhece doadores com a instalação de fontes em locais estratégicos da Unicamp.

HIDS UNICAMP

O HIDS Unicamp está estruturando um modelo de Pavilhões de Inovação para aproximar pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e aplicação prática de soluções voltadas ao desenvolvimento sustentável. Com aproximadamente 6.500 m² cada, as estruturas serão concebidas como ambientes integrados e sustentáveis, reunindo laboratórios, plataformas tecnológicas, startups, spin-offs acadêmicas, centros corporativos de inovação, espaços de convivência e eventos. Confira a programação do estande da universidade em inova.unicamp.br.

As informações são do portal unicamp.br e do inova.unicamp.br

Emdec ativa seis pontos de fiscalização eletrônica

Da Redação

A Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) ativa seis novos pontos de fiscalização eletrônica, nesta terça-feira, 15 de setembro, nos corredores Campo Grande, Ouro Verde e no Centro. O objetivo é coibir comportamentos que causam mortes e feridos no trânsito em pontos críticos.

Serão três novos radares na avenida Ruy Rodriguez, dois na John Boyd Dunlop e um na Barão de Itapura. Entre 2023 e julho de 2026, os cruzamentos contemplados registraram 118 sinistros (acidentes), em um raio de 200 metros dos equipamentos: 51 com vítimas feridas, 60 sem vítimas, quatro atropelamentos e três fatais.

Os equipamentos vão promover o respeito à velocidade

regulamentada nas vias, que é de 50 km/h, e a proteção aos pedestres, com controle de avanço semafórico e parada sobre a faixa. Além do histórico de acidentes, a escolha dos locais pela Emdec considera a presença de travessias regulares de usuários do transporte coletivo. No período que antecede o início da operação, a Emdec já registrou diversos flagrantes de velocidade excessiva e avanço semafórico nos novos pontos.

Confira onde estão os novos pontos de fiscalização: av. JBD (Centro - bairro) x rua Moacir Penachin; 12 sinistros no sentido bairro; av. JBD (Bairro - Centro) x rua Benedito Franco; Av. Ruy Rodriguez x rua Antônio Ceregatti Albieri; av. Ruy Rodriguez (centro - bairro), próximo ao 'Atacadão'; av. Ruy Rodriguez (bairro - centro), oposto ao

'Atacadão'; av. Barão de Itapura x Andrade Neves; JBD e Ruy Rodriguez vão alcançar 47 pontos de fiscalização.

VELOCIDADE CAUSOU 37 MORTES ENTRE 2025 E 2026

Dos 16 casos fatais analisados em 2026, cinco estavam relacionados ao excesso de velocidade. A velocidade também foi o fator de risco que mais matou em 2025. Em vias urbanas, foram 32 casos fatais. Outros quatro casos envolveram o avanço semafórico em 2025. Até agosto deste ano, 67% das infrações foram sobre excesso de velocidade e avanço semafórico. Das 582,1 mil infrações identificadas por radares ou pelos agentes, 316,5 mil (54%) envolveram velocidade excessiva e 76,3 mil (13%) o avanço de sinal vermelho.



Fiscalização: objetivo é coibir atitudes que causam mortes e feridos no trânsito

Câmara aprova licença temporária Hélio Silva da presidência da Casa

Afastamento de 30 dias sem remuneração, ocorre após a prisão do vereador

Da Redação

A Câmara Municipal de Sumaré aprovou nesta quinta-feira (10) o pedido de licença não remunerada do presidente Hélio Silva (Cidadania), que foi preso temporariamente na quarta-feira (9) durante a Operação Archimagus. O afastamento terá duração de 30 dias e ocorre enquanto o vereador é investigado em um inquérito que apura suspeitas relacionadas ao tráfico de drogas e à associação para o tráfico na região.

Com a licença, o vice-presidente Lucas Agostinho (União) passou a responder interinamente pela presidência do Legislativo. Segundo a Câmara, as atividades administrativas e as sessões ordinárias devem continuar normalmente durante o período. A mudança é temporária e não altera, neste momento, o funcionamento previsto para os trabalhos dos vereadores.

Hélio Silva foi preso por equipes da Polícia Federal, da Polícia Militar e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A operação investiga uma organização suspeita de atuar com tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. De acordo com as apurações, o vereador é apontado como financiador e principal articulador do suposto esquema investigado pelas autoridades.



CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Com o afastamento, o vice-presidente Lucas Agostinho assume o comando do Legislativo neste período

A prisão ocorreu na casa do vereador, em um condomínio localizado em Paulínia. Durante as diligências, os agentes apreenderam armas, munições, aproximadamente R\$ 18 mil em dinheiro e joias. Também foram realizadas buscas em empresas relacionadas ao parlamentar. Segundo a investigação, os negócios podem ter sido utilizados para movimentar valores que teriam origem no tráfico de drogas.

Após a prisão, o Cidadania informou que suspendeu Hélio Silva de todas as funções partidárias. A legenda afirmou que acompanha o caso e

aguarda o andamento das investigações, ressaltando que o vereador tem direito à defesa. A suspensão ocorre no âmbito partidário e se soma ao afastamento temporário aprovado pela Câmara de Sumaré.

A defesa de Hélio Silva nega as acusações apresentadas na investigação. O advogado do vereador afirmou que ele está tranquilo e que pretende utilizar os meios legais para buscar a liberdade. A defesa também declarou confiar no esclarecimento dos fatos pela Justiça.

Com o afastamento aprovado pelo Legislativo, Lu-

cas Agostinho permanece à frente da Câmara durante os próximos 30 dias. O período de licença não remunerada foi definido em votação pelos vereadores e mantém Hélio Silva fora das atividades da presidência enquanto a investigação conduzida pelas autoridades policiais e pelo Gaeco avança. A apuração ainda está em andamento, e as acusações atribuídas ao parlamentar serão analisadas no curso do processo.

A investigação busca esclarecer a origem dos recursos e a eventual participação de outras pessoas. A apuração está em curso atualmente.

Unacon oferece corte gratuito para quem doar o próprio cabelo

Da Redação

A Unacon (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) de Americana realiza na próxima segunda-feira (14) a segunda edição do Banco de Perucas Móvel, em parceria com a ONG Cabelegria. A ação ocorre das 9h às 15h, na área externa da unidade, na Rua Goiânia, nº 64, Jardim Nossa Senhora de Fátima.

Além da entrega gratuita de perucas para pacientes em tratamento contra o câncer, a programação terá maquiagem simples e corte gratuito para pessoas que quiserem doar cabelo. Os cortes serão feitos por ordem de chegada, com atendimento garantido para quem chegar até 14h30. As mechas precisam ter, no mínimo, 15 centímetros.

Os cabelos também poderão ser levados já cortados, desde que estejam limpos, secos e presos com um elástico. Os fios arrecadados serão encaminhados à Cabelegria para a confecção de novas perucas destinadas a pacientes em tratamento.

As pacientes aptas poderão experimentar modelos e escolher gratuitamente a peruca de sua preferência, além de receber orientações sobre uso, higienização e conservação. Mulheres que já receberam uma peruca da ONG poderão trocar o modelo.

A maquiagem simples é uma das novidades e poderá ser feita antes ou depois da escolha da peruca. Segundo a organização, a iniciativa busca oferecer acolhimento e contribuir para a autoestima das pacientes durante o tratamento.



PREFEITURA DE AMERICANA

Perucas e maquiagem simples estarão disponíveis na ação

Indaiatuba sanciona legislação para viabilizar obras na marginal sul da SP-075

Da Redação

O prefeito de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares (MDB), sancionou a Lei 8.566/2026, que autoriza obras viárias na marginal sul da SP-075, entre os quilômetros 51 e 54, no sentido Indaiatuba-Salto. A intervenção será feita em parceria com a concessionária Via Colinas.

O projeto prevê uma nova alça de saída no km 54, com acesso direto ao terminal. Também será implantado um sistema binário nas ruas próximas à rodoviária e uma nova ligação entre o terminal e a Rua do Badin.

No km 53, o trevo de acesso



PREFEITURA DE INDAIATUBA

Projeto prevê novas alças e ligações para melhorar acessos ao terminal

ao Polo Shopping e à rodoviária terá a geometria modificada, além de uma nova ligação com a Rua Emilio Lopes de Cruz, facilitando o acesso ao

Jardim Belo Horizonte. Já a alça de saída existente no km 51, que atende o Distrito Industrial, será ampliada e passará a contar com duas faixas.

As intervenções na marginal sul serão somadas às obras da marginal norte, que já estão em andamento. A medida busca melhorar a circulação e ampliar a segurança. Moradores, trabalhadores, empresas e usuários do terminal estão entre os beneficiados.

A Prefeitura considera o trecho um dos pontos de atenção para a circulação na cidade. A mudança também atende à área industrial.

Para o secretário de Mobilidade Urbana, Diego Vido, a intervenção deve solucionar problemas antigos no trecho e melhorar o fluxo de veículos e do transporte coletivo.

HÉLDER SANTOS

Professor Doutor e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas em Tributação da FIPECAFI

Mais de 3 milhões de empresas estão na faixa D do Receita Sintonia: entenda o que a classificação significa e como melhorar a conformidade

A relação entre empresas e administração tributária passa por uma mudança de lógica. A fiscalização posterior e a penalização de inconsistências continuam fazendo parte do sistema, porém ganham espaço mecanismos de acompanhamento e orientação, com foco na autorregularização. Nesse cenário, a conformidade tributária começa a ocupar uma posição mais próxima da governança empresarial, enquanto o contador assume novas responsabilidades na prevenção e na correção de problemas fiscais.

Um dos exemplos mais claros dessa transformação é o Receita Sintonia. Em julho de 2026, a Receita Federal divulgou a classificação de 10.892.593 pessoas jurídicas ativas, com base nas informações apuradas no segundo trimestre. Desse total, 1.673.480 empresas receberam classificação A+, correspondente a um nível de conformidade superior a 99,5%. Na outra ponta, 3.135.869 ficaram na categoria D, com conformidade inferior a 70%.

Mas como saber em qual categoria a empresa está? A Receita Federal disponibiliza uma consulta individual em que a empresa pode verificar sua classificação no Receita Sintonia e os detalhes da pontuação. O acesso pode ser feito pelo Portal do Programa Receita Sintonia, pelo Portal de Negócios da Redesim e pelo Portal de Serviços da Receita Federal. A consulta também permite visualizar informações sobre eventuais pendências relacionadas à regularidade cadastral, à entrega de declarações e escriturações, à consistência das informações prestadas e ao cumprimento das obrigações tributárias.

O número de empresas na faixa D chama atenção, mas a classificação, por si só, não deve ser interpretada como uma penalidade automática. Ela representa um nível de conformidade identificado pela administração tributária e reforça a importância de compreender quais informações e comportamentos estão relacionados à situação fiscal da empresa. Para quem está nessa categoria, a questão mais importante passa a ser entender o que levou à classificação e quais medidas podem ser adotadas para melhorar esse cenário.

Os números mostram que a regularidade fiscal já pode ser observada de maneira sistemática pela administração tributária. A classificação deixa de representar apenas um registro interno e passa a integrar um modelo de relacionamento que diferencia comportamentos e cria condições para uma atuação mais preventiva. Para as empresas, isso significa que acompanhar a própria situação fiscal passa a ser cada vez mais importante.

A conformidade deixa de ser uma tarefa restrita ao cumprimento de prazos e à entrega de declarações. Ela passa a exigir acompanhamento permanente das informações prestadas ao Fisco, identificação de divergências e capacidade de corrigir problemas antes que eles se transformem em autuações. Nesse novo ambiente, estar em conformidade não significa apenas cumprir formalmente uma obrigação, mas garantir que os dados produzidos pela empresa sejam consistentes e estejam de acordo com seus documentos e operações.

Por isso, uma empresa que identifica uma classificação de menor conformidade precisa olhar para seus próprios processos. Informações fiscais, sistemas, documentos eletrônicos e procedimentos internos precisam conversar entre si. Um erro de preenchimento, uma divergência cadastral ou uma informação incompatível com os documentos emitidos pode gerar consequências que vão além de uma obrigação acessória. A análise da

situação deve permitir identificar onde estão as inconsistências e quais medidas de correção podem ser adotadas.

Essa mudança de lógica ganha uma nova dimensão com a Reforma Tributária. A implementação do IBS e da CBS envolve mudanças nos documentos fiscais, nos sistemas utilizados pelas empresas e no fluxo de informações compartilhadas com as administrações tributárias. A própria legislação estabelece novas exigências relacionadas à emissão e ao tratamento dos documentos fiscais eletrônicos.

A transição para o novo modelo exige, portanto, mais do que a compreensão das novas regras. Ela demanda adaptação tecnológica, revisão de processos e atenção à qualidade das informações que serão transmitidas ao Fisco. Quanto maior a integração entre sistemas e administrações tributárias, maior tende a ser a importância de manter os dados corretos e consistentes desde a origem.

É nesse contexto que o Programa Nacional de Conformidade Tributária (PNCT), regulamentado pelo Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 5, de 12 de agosto de 2026, representa um passo adicional nesse processo. O programa foi criado para apoiar a adaptação dos contribuintes às novas obrigações relacionadas aos documentos fiscais durante a transição para o modelo da Reforma Tributária do Consumo. A proposta privilegia a orientação e o acompanhamento do contribuinte, com espaço para a correção de inconsistências antes da autuação.

A estrutura do PNCT também chama atenção pelo papel atribuído ao profissional da contabilidade. O ato permite que a Receita Federal e o Comitê Gestor do IBS compartilhem com o profissional indicado pela empresa comunicações relativas a omissões, inconsistências e divergências identificadas nos documentos fiscais. A manifestação técnica desse profissional pode ser considerada para fins de enquadramento no programa, e o contador também pode representar a empresa perante os órgãos para requerer e acompanhar a autorregularização, atender intimações e prestar esclarecimentos sobre a emissão correta dos documentos fiscais.

A medida sinaliza uma mudança importante na função exercida pela contabilidade dentro das organizações. O contador passa a ocupar uma posição ainda mais próxima da gestão dos riscos tributários. Sua atuação tende a ultrapassar a conferência das informações depois que elas foram produzidas para incorporar uma participação mais ativa na identificação de inconsistências e na construção de processos capazes de evitá-las.

Para as empresas, isso significa que a conformidade precisa ser tratada de forma integrada. Não basta que o departamento fiscal cumpra os prazos se os dados que chegam até ele apresentam inconsistências originadas em outras áreas. A qualidade da informação tributária depende também dos processos internos, dos sistemas utilizados e da forma como as operações são registradas e documentadas.

A própria estrutura do PNCT reforça essa perspectiva ao criar um ambiente de adaptação assistida. Em vez de esperar que a inconsistência seja identificada somente em uma fiscalização posterior, a proposta abre espaço para que o contribuinte receba a informação, avalie o problema e promova sua regularização. O modelo aproxima a administração tributária das empresas e exige delas maior capacidade de resposta.

Essa lógica também muda a percepção sobre o papel da contabilidade. Em um ambiente tributá-

rio mais digitalizado e baseado no cruzamento de informações, o valor do trabalho contábil está cada vez mais relacionado à qualidade e à consistência dos dados produzidos pela empresa e entregues no tempo certo. O profissional passa a atuar como uma espécie de elo técnico entre a organização e o Fisco, com responsabilidade sobre a interpretação das inconsistências e sobre os caminhos para sua correção.

O Receita Sintonia e o PNCT, embora tenham objetivos e estruturas próprias, apontam para uma mesma direção, na qual a relação tributária tende a ser cada vez mais baseada em dados e no acompanhamento contínuo do comportamento dos contribuintes. A empresa que conhece seus próprios processos e mantém suas informações consistentes está mais preparada para responder a esse ambiente.

Essa transformação também coloca uma questão de governança. Se a regularidade fiscal pode ser mensurada e acompanhada, ela passa a fazer parte do conjunto de informações relevantes para a gestão empresarial. A conformidade tributária deixa, assim, de ser percebida apenas como uma obrigação do departamento fiscal ou da contabilidade e passa a envolver diferentes áreas da organização.

A Reforma Tributária torna essa mudança ainda mais evidente. A transição para o IBS e a CBS exige adaptação tecnológica, revisão de processos e atenção às novas regras de documentação fiscal. Nesse cenário, o contador tem condições de assumir uma posição estratégica, que passa por interpretar as exigências, acompanhar os dados, identificar inconsistências e orientar a empresa na construção de uma rotina de conformidade.

Para uma empresa que está na faixa D do Receita Sintonia, portanto, o ponto de partida deve ser compreender o significado dessa classificação e olhar para as informações que sustentam sua situação fiscal. A partir dessa análise, torna-se possível identificar eventuais divergências, avaliar os caminhos disponíveis para a correção e, quando aplicável, recorrer aos mecanismos de autorregularização. Para aquelas que já apresentam níveis mais elevados de conformidade, o desafio é manter esse padrão diante das novas exigências e da crescente integração dos sistemas tributários.

Mais do que acompanhar uma nova obrigação, trata-se de acompanhar uma transformação na própria relação entre Estado e contribuinte. A tendência é que a conformidade tributária seja cada vez mais construída antes da fiscalização, a partir de informações e controles voltados à autorregularização.

Para as empresas, o desafio será incorporar essa lógica à gestão. Para os contadores, será ampliar sua atuação para além da escrituração e do cumprimento formal das obrigações. E, para a administração tributária, o desafio será consolidar um modelo que combine controle e orientação em bases previsíveis.

Estar em conformidade, nesse novo desenho regulatório, deixa de ser apenas uma resposta pontual a uma exigência fiscal e passa a representar uma característica da própria organização, sustentada por processos e informações confiáveis capazes de antecipar problemas. A Reforma Tributária, ao aproximar as empresas da administração tributária e integrar cada vez mais seus sistemas, tende a acelerar esse movimento e reforça a posição do contador no centro dessa transformação.



Múcio: Levará tempo reconstruir área militar do país

Lula fala em soberania. José Múcio pergunta: “Com que dinheiro?”

Na sua campanha à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva muito tem falado na defesa da soberania nacional. Um dos pontos centrais no seu discurso na convenção do PT que oficializou sua candidatura é que o Brasil precisará investir mais em Defesa. Lula está convencido de que haveria no momento uma articulação internacional para derrotá-lo. E talvez não esteja errado, no sentido de que é nítida a articulação que existe hoje entre os principais líderes de direita do mundo. E, no caso, uma articulação que visa facilitar o acesso às riquezas do país: as fontes minerais nas terras raras, nossas reservas de água, o gás e o petróleo encontrados na Margem Equatorial, no Norte do país. Lula diz: “Precisamos defender nossa soberania”. Seu ministro da Defesa, José Múcio Monteiro responde, no entanto: “Com que dinheiro?”. O ministro afirma que vem alertando isso “diuturnamente”.

Sem previsibilidade orçamentária

Em agosto, numa palestra na Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Múcio provocou certo constrangimento ao dizer que, diante de uma eventual invasão do Brasil pelos Estados Unidos, a única coisa que lhe restaria seria “abrir o portão”. Ao responder sobre isso ao Correio Político no programa “Direto de Brasília”, do jornalista Magno Martins com o jornal Folha de Pernambuco, José Múcio disse: “Precisamos ter previsibilidade orçamentária no campo da defesa”.



Esquadra brasileira levaria 30 dias para chegar ao litoral Norte

Investimento ficou na casa de 1%

“Tenho batido sempre nessa tecla. Talvez tenha sido inconveniente em alguns momentos. Mas estamos construindo a resposta”, disse José Múcio Monteiro. Segundo ele, no ano passado o investimento na área de Defesa ficou em 1,1%. “A Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] recomenda 5%”. José Múcio lembra que Brasil, Estados Unidos e China são países com características muito próximas quanto à extensão territorial das suas fronteiras. “Qual a nossa diferença para os outros dois? Não temos orçamento de Defesa”.

“Quando não pagar as prestações”...

José Múcio conta que, numa conversa recente, um fornecedor de equipamentos militares foi ríspido com um negociador de seu ministério nas negociações. Esse negociador, então, segundo o ministro, respondeu: “Não vou comprar nada de você”. E explicou a razão depois: “Você está sendo ríspido querendo me vender. Imagine como vai me tratar quando eu não pagar as prestações”.

Na fronteira

Segundo José Múcio Monteiro, as forças militares brasileiras têm 20 mil homens vigiando as fronteiras. São 7,3 mil quilômetros de fronteira seca. “A República Dominicana tem 300 quilômetros de fronteira com o Haiti, que são vigiados por 13 mil homens”. Toda a esquadra brasileira fica ancorada no Rio de Janeiro.

30 dias

“Se nós tivermos que deslocar essa esquadra para proteger o Norte do país, ela vai levar de 20 a 30 dias para chegar”, observa o ministro da Defesa. Segundo José Múcio, uma das maiores necessidades de investimentos militares no momento seria ter uma esquadra também no litoral Norte. Outro ponto, segundo ele: falta de bateria anti-aérea.

Leva tempo

“Praticamente não temos bateria anti-aérea”, diz o ministro. “Onde posicioná-la? Em Brasília? Na Faria Lima?”, continua. Para José Múcio, são diversos investimentos necessários para que, minimamente o Brasil tenha a estrutura de Defesa de que necessita. “O problema é que isso não é algo que se construa da noite para o dia”, adverte ele.

Construção lenta

Diz José Múcio Monteiro: o tempo entre decidir construir uma estrada e fazê-la é de cerca de dois anos. Tempo igual para fazer uma escola. Uma ponte se faz em um ano. Levar a estrutura de Defesa do país a um nível ideal irá levar muito mais tempo. E implica começar com uma previsão nesse sentido, que reserve 2% a 3% do orçamento.

Pacífico

Talvez a índole internacional pacífica e a tradição pragmática da diplomacia brasileira tenha feito com que, ao longo dos anos, não houvesse essa preocupação com o fortalecimento militar do país. Mas a atenção sobre o Brasil mudou. “Tudo o que se descobre de riqueza no mundo parece ter reserva no nosso país”, comenta José Múcio Monteiro.

Resultado

José Múcio Monteiro, no entanto, se declara otimista. Considera que sua insistência sensibilizou o presidente. E também promoveu, ele considera, uma sensibilização do Congresso quanto à necessidade de um orçamento maior para a área militar. “Vamos chegar lá, porque falo diuturnamente sobre isso”, afirma o ministro da Defesa.



Destaque de Dino ao plenário adia a decisão sobre Ficha Limpa

Mudanças na Ficha Limpa ficam para depois

Dino fez destaque para discussão ir para o plenário presencial do STF

Por **Gabriela Gallo**

O Supremo Tribunal Federal (STF) definirá sobre as novas regras referentes às mudanças da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135/2010) em plenário físico. Inicialmente estava previsto que os magistrados teriam até esta sexta-feira (18) para votar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7881 que questiona a constitucionalidade das mudanças.

Contudo, o ministro Flávio Dino solicitou, na sexta-feira, destaque para a análise da medida, o que transfere o julgamento do plenário virtual para o plenário físico.

Agora, cabe ao presidente do STF, ministro Edson Fachin, agendar a nova data do julgamento. Contudo, como o cronograma de votações no plenário do STF de setembro já está fechado, a expectativa é que a ADI 7881 seja votada e definida somente após as eleições de outubro.

Com a discussão indo para o plenário presencial, o placar foi zerado. Antes, foram computados dois votos para derrubar as mudanças (feitos pela ministra Cármen Lúcia, relatora da proposta, e o ministro Luiz Fux) e um voto do ministro Gilmar Mendes, que acatou parte das mudanças

propostas pela nova Lei Complementar.

A ADI 7881, protocolada no STF pelo partido Rede Sustentabilidade, analisa as mudanças feitas na Lei da Ficha Limpa pela Lei Complementar (LC) nº 219/2025, aprovada no Congresso Nacional e sancionada parcialmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em setembro de 2025.

A medida altera o período de contagem de inelegibilidade a candidatos condenados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Antes, o tempo de inelegibilidade de um candidato começava a contar depois que o candidato cumpria sua sentença. Agora, a contagem passa a valer assim que ele for condenado pelo colegiado. A medida também limita a 12 anos o período máximo de inelegibilidade.

Nesta sexta-feira (11), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) indeferiu, por unanimidade, o registro de Anthony Garotinho (Republicanos).

Antes, os Tribunais Regionais Eleitorais do Distrito Federal e de Minas Gerais impugnaram as candidaturas de José Roberto Arruda (PSD) para o Palácio do Buriti e de Eduardo Cunha (Republicanos) a deputado federal.

Correios precisa de novo financiamento de R\$ 7 bi

Com prejuízo de R\$ 5,55 bi no 1º semestre, estatal busca financiamento

Da Redação

A busca dos Correios por um novo empréstimo de R\$ 7 bilhões, desta vez junto a um consórcio de instituições financeiras internacionais e com garantia da União, coloca novamente em discussão não apenas a situação financeira da estatal, mas também os riscos jurídicos e fiscais envolvidos na operação.

Segundo informações divulgadas pelo Valor Econômico, os Correios avançaram na contratação do novo crédito, que deverá ser estruturado em duas etapas. A operação ocorre em um momento de forte pressão financeira: a empresa registrou prejuízo de R\$ 5,55 bilhões no primeiro semestre de 2026, sendo R\$ 2,39 bilhões apenas no segundo trimestre.

A situação ganha relevância jurídica porque a garantia da União significa que, diante de eventual inadimplência da estatal e observadas as condi-

ções previstas no contrato, o Tesouro pode ser chamado a honrar as obrigações perante os credores.

Para o advogado Bruno Medeiros Durão, especialista em Direito Bancário e fundador da DAP Advocacia, o ponto central é avaliar se a nova dívida está acompanhada de mecanismos capazes de permitir a recuperação financeira dos Correios.

“O ponto juridicamente mais sensível não é apenas a contratação de um novo empréstimo, mas a capacidade de a operação estar vinculada a um plano de reestruturação que efetivamente reduza o endividamento e melhore a geração de caixa. Quando existe garantia da União, o risco deixa de ser exclusivamente da empresa e passa a envolver, em última análise, o patrimônio público.”

O especialista explica que contratos dessa natureza normalmente estabelecem uma série de obrigações e condi-



A situação ganha relevância jurídica porque a garantia da União significa que, diante de eventual inadimplência da estatal e observadas as condições previstas no contrato, o Tesouro pode ser chamado a honrar as obrigações perante os credores

ções que precisam ser observadas pela empresa, além de mecanismos de proteção aos credores.

“É fundamental analisar as cláusulas do contrato, os indicadores financeiros exigidos, as hipóteses de vencimento antecipado e as condições para acionamento da garantia. Em operações dessa magnitude, o contrato de crédito funciona também como um instrumento de governança financeira, porque estabelece limites e obrigações que precisam ser acompanhados durante toda a sua execução.”

O histórico recente dos Correios reforça essa preocupação. A estatal já contratou R\$ 12 bilhões em crédito com

garantia da União, dentro de um plano de reestruturação. O TCU apontou riscos fiscais associados ao modelo e destacou a necessidade de mecanismos de acompanhamento da execução do plano.

Na avaliação do advogado Diego Monteiro, com atuação em Direito Cível, a garantia oferecida pelo governo não elimina as obrigações assumidas pelos Correios perante os bancos.

“A garantia da União não transforma o empréstimo em uma obrigação sem consequências para a estatal. O contrato continua estabelecendo responsabilidades para os Correios e pode prever consequências para o descumprimento de determinadas obrigações, inclusive mecanismos que antecipem o vencimento da dívida.”

Segundo o advogado, outro ponto importante é verificar exatamente quais condições foram estabelecidas para a concessão da garantia pública.

“Em uma operação desse tamanho, é necessário observar não apenas o valor principal da dívida, mas todo o conjunto contratual: garantias, encargos, prazos, covenants, hipóteses de vencimento antecipado e obrigações assumidas pela empresa. Esses elementos são fundamentais para dimensionar o risco jurídico da operação.”

Transpetro prorroga prazo de inscrição em concurso

DEBORAH GHELMAN/ PETROBRÁS

Da Redação

A Transpetro, subsidiária de logística da Petrobras, informou que o prazo para inscrição no concurso público da companhia, que terminaria na próxima terça-feira (15), foi prorrogado para 21 de setembro.

A data da prova também foi alterada, de 29 de novembro para 6 de dezembro, um domingo. O novo cronograma foi publicado no Diário Oficial da União de quinta-feira (10). A companhia não informou o motivo dos adiamentos.

VAGAS E SALÁRIOS

O processo seletivo, organizado pela Fundação Cesgranrio, oferece 281 vagas imediatas e 3.890 para cadastro de reserva.

O salário inicial varia de

R\$ 5.464 a R\$ 15.034,81, além de benefícios como previdência complementar, benefício educacional e plano de saúde.

As oportunidades são para cargos de níveis médio, técnico e superior, distribuídos em quatro editais específicos: quadro de mar (oficiais), quadro de mar (suboficiais e guarnição), quadro de terra (nível médio) e quadro de terra (nível superior).

As inscrições são feitas pelo site da Fundação Cesgranrio, organizadora do concurso.

Os editais também podem ser conferidos nesse endereço. Os dois editais do quadro de mar terão 180 vagas imediatas; e de terra, 101.

Os locais de trabalho no quadro de terra se distribuem entre os polos Norte/Nordeste, Rio de Janeiro, São Paulo e



Prova será em 6 de dezembro; salário pode chegar a R\$ 15 mil

Sul. Para o quadro de mar, as oportunidades têm abrangência nacional.

As provas serão aplicadas em todas as capitais, independentemente do polo de trabalho escolhido pelo candidato.

Estão reservadas 30% das vagas para pessoas pretas e pardas (25%), indígenas (3%) e quilombolas (2%). Para pessoas com deficiência (PCD), a Transpetro destinou 10% das vagas e do cadastro reserva.

A taxa de inscrição varia de R\$ 81,50 (cargos de mar como auxiliar de saúde, cozinheiro, moços e condutores e carreiras de terra de nível médio/técnico) a R\$ 117 (cargos de mar para oficiais e carreiras de terra de nível superior).

Os editais preveem isenção do valor para candidatos que sejam de família de baixa renda inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) ou que sejam doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde.

O concurso tem validade de um ano e meio e pode ser prorrogado por igual período.

A Transpetro é a maior empresa de logística multimodal de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis do país. A companhia tem cerca de 5,7 mil empregados.

CORREIO
NO MUNDO



REUTERS/FOLHAPRESS

Trump pediu que Zelenski cesse ataque a estrutura de diesel de Putin

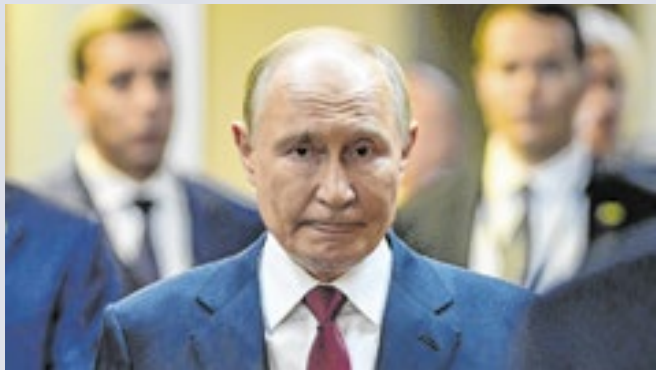
Ucrânia vence a Rússia na primeira batalha naval de drones

Na primeira batalha naval entre drones registrada na história, um bote-robô da Ucrânia levou a melhor sobre seu adversário russo no mar Negro. A Marinha ucraniana divulgou um vídeo sem data revelada neste sábado (12). Nele, um modelo Sargan-3000 equipado com uma metralhadora de 12,7 mm duela com um modelo semelhante, mas não identificado, das forças de Vladimir Putin. O Sargan, que empresta seu nome da palavra ucraniana para peixe-agulha, foi revelado em abril deste ano. Segundo a Marinha, o serviço secreto militar identificou o alvo, que estava sendo monitorado por um drone aéreo pelo que se vê no vídeo, e enviou o bote para combate. A Rússia não comentou o vídeo, mas um analista militar moscovita afirmou à reportagem que ele era legítimo, e que de fato não há registro de alguma batalha do tipo até então.

Incidente é um marco na história naval

Militarmente, é apenas um detalhe na Guerra da Ucrânia, que se arrasta por quatro anos e meio, mas o incidente é um marco da história naval. Drones aquáticos, submarinos ou de superfície, fazem parte do conflito desde seus primórdios. Mas nunca havia ocorrido um embate direto entre robôs, que usam alguma medida de inteligência artificial em seus comandos. O Sargan foi idealizado como mais uma plataforma para ataques suicidas depois que a Marinha da Ucrânia foi obliterada pelos russos no conflito.

DANIEL TOROK/ CASA BRANCA



Popularidade de Putin está começando a ser afetada na Rússia

Mar Negro está no centro do conflito

O emprego desses drones por Kiev foi eficiente, obrigando a Frota do Mar Negro do rival a procurar refúgio em portos mais distantes. Ainda assim, a força naval de Putin na região foi afetada, com o site de monitoramento de perdas militares comprovadas Oryx contando 25 navios e 1 submarino destruídos —entrando no balanço aqueles atingidos por mísseis e drones aéreos. O mar Negro tem sido um teatro ativo da guerra neste ano. Ao lançar sua campanha de drones e mísseis de longa distância, Kiev mirou navios graneleiros russos que deixam a região do rio Don.

Zelenski propôs trégua, mas Putin recusou

O impacto foi grande, levando a uma retaliação intensa contra portos e embarcações da Ucrânia no entorno de seu principal porto, Odessa. Estimativas preliminares falam numa queda de 75% das exportações de grãos ucranianos, principal fonte de renda do país, e de 60% na Rússia. O presidente Volodimir Zelenski propôs uma trégua específica na região, sem sucesso.

Afetou Vladimir Putin

Zelenski também mantém uma campanha ativa contra a infraestrutura logística e energética russa, mirando refinarias. Isso levou a uma crise de abastecimento na Rússia, que teve de vetar a exportação de diesel e gasolina, além de importar combustíveis. Para Putin, foi um baque que até atingiu sua popularidade, segundo pesquisas.

Retaliação russa

Vale destacar que a Rússia é dona da segunda maior produção de petróleo do mundo ao lado da Arábia Saudita. A retaliação também se intensificou, com os russos aumentando ataques com mísseis balísticos contra Kiev e outros centros urbanos. Tudo isso fez disparar a mortalidade de civis no conflito para o nível mais alto desde o primeiro mês da guerra.

Trump e Zelenski

Neste domingo, o presidente Donald Trump conversou com Zelenski ao telefone. A repórteres na Irlanda, o americano disse que pediu para que os ucranianos parassem de “atacar o diesel russo”. “Há muitos outros alvos. Não ataque o diesel”, afirmou, sem relatar a reação ucraniana. Trump retomou a tentativa de mediar o conflito na semana passada.

Retomar negociações

Na última semana, os enviados de Donald Trump, Steve Witkoff e Jared Kushner, estiveram com Vladimir Putin e Volodimir Zelenski. Ainda é incerto, porém, quando as negociações serão retomadas. Caso ocorram, elas provavelmente serão em Abu Dhabi.

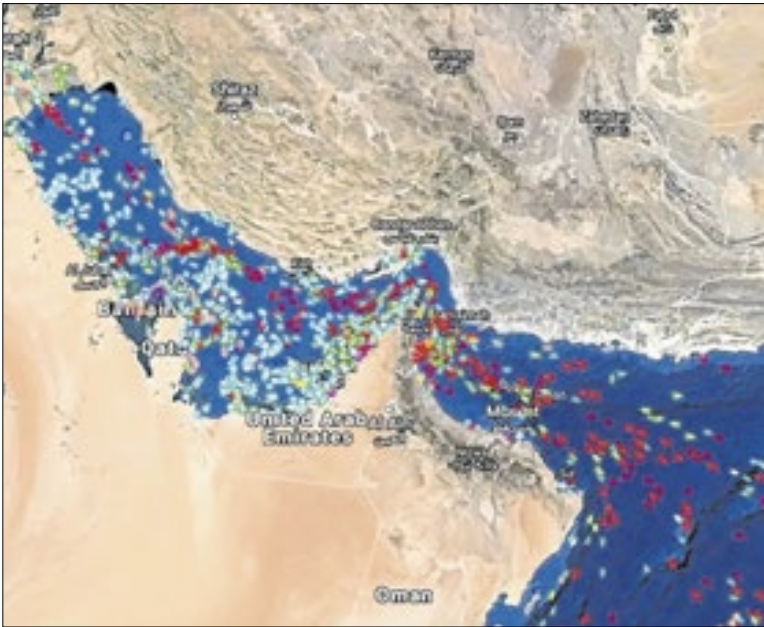
Por Igor Gielow (Folhapress)

Ataques a civis

Ataques aéreos russos em várias regiões da Ucrânia mataram dez pessoas no sábado (12), feriram dezenas e danificaram edifícios residenciais e infraestruturas em todo o país, segundo autoridades ucranianas. O número de civis mortos aumentou na Ucrânia nos últimos dois meses, à medida que a Rússia intensifica os ataques contra usinas de energia.

Ataques de 90 minutos

A Câmara Municipal de Kramatorsk, uma das cidades ucranianas na linha de frente que a Rússia tenta capturar, afirmou que as forças russas atacaram carros particulares, matando três pessoas em três incidentes ocorridos ao longo de 90 minutos. “Esses não são alvos militares. São carros comuns de civis. As pessoas estavam cuidando de seus afazeres”, disse a Câmara.



REPRODUÇÃO/MARINE TRAFFIC

Controle de estreito pelos houthis vem causando apreensão no mercado

Guerra no mar Vermelho ameaça 4% do petróleo do mundo

Mercado está apreensivo com controle dos Houthis e ataques a oleodutos

Por Igor Gielow (Folhapress)

O ataque ao principal oleoduto da Arábia Saudita e a tomada de controle, pelos houthis do Iêmen, da costa por onde passa o comércio do mar Vermelho ameaçam tirar 4% do suprimento global de petróleo. A situação agrava a crise energética e inflacionária decorrente da guerra no Oriente Médio.

Na sexta-feira (10), drones atingiram o oleoduto que liga os campos petrolíferos sauditas do oeste do país ao porto de Yanbu, no mar Vermelho. Devido à restrição de trânsito no estreito de Hormuz pelo Irã em conflito com os Estados Unidos, a via tornou-se vital para as exportações de Riad.

Segundo maior produtor do mundo, o reino passou a escoar até 70% de seu petróleo pelo mar Vermelho. O ataque da sexta foi lançado do Iraque por aliados do Irã e dos houthis segundo os sauditas, mas ninguém assumiu a autoria.

Segundo agências de notícias, o estoque de petróleo em Yanbu dura no máximo mais uma semana, e é incerto quando o oleoduto será reativado porque a operadora Aramco não divulga a extensão dos danos —que, por imagens de satélite, pareciam grandes.

Para agravar o quadro para os sauditas, os rebeldes houthis, apoiados pelo Irã, seguem consolidando sua posi-

ção na costa iemenita do mar Vermelho.

Já controlam o acesso e as ilhas do estreito de Bab el-Mandeb, que liga a região ao oceano Índico, e neste domingo (13) estavam preparando o assalto à última cidade do norte da costa ainda dominada pelo governo do país reconhecido internacionalmente.

Os rebeldes prometem permitir o tráfego de quaisquer navios que não tenham destino ou origem em portos sauditas, e agora estão mais bem posicionados para tal.

O bloqueio que haviam anunciado em julho não foi tão efetivo quanto o iraniano em Hormuz, onde o tráfego mercantil caiu a cerca de 10% do nível pré-guerra. Pela via do golfo Pérsico passavam 20% da produção mundial de petróleo e gás natural liquefeito antes de Donald Trump atacar o Irã em fevereiro.

Os combates seguiram na região neste domingo. Segundo os rebeldes, uma base militar saudita foi atingida por mísseis do grupo, e Riad respondeu com 123 ataques aéreos em 24 horas.

Os sauditas não se pronunciaram sobre a situação militar. A crise no Oriente Médio já fez a Agência Internacional de Energia prever uma queda de 6% no fluxo de petróleo global neste ano, e isso pode piorar com a escalada no mar Vermelho.



ILUSTRAÇÃO

Levantamento vai atualizar dados de magistrados e servidores

CNJ fará novo censo para traçar perfil do Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai realizar uma nova edição do Censo do Poder Judiciário para atualizar informações sobre o perfil de magistrados e servidores que atuam nos tribunais brasileiros. A pesquisa reúne dados pessoais e profissionais dos integrantes da Justiça e permite identificar características do quadro de pessoal em diferentes ramos e regiões do país. O levantamento também serve de base para a formulação e avaliação de políticas do Judiciário. A edição anterior foi realizada em 2023, dez anos após o primeiro censo nacional, feito em 2013. O estudo de 2023 abordou temas como idade, gênero, raça, escolaridade, deficiência, vínculos profissionais, área de atuação e condições de trabalho. Os resultados são consolidados e divulgados pelo CNJ. A nova coleta permitirá ainda comparar as mudanças ocorridas no perfil de quem trabalha no Judiciário e acompanhar a evolução dos indicadores ao longo dos últimos anos.

MPF tenta barrar data center no Pecém

O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) acionaram a Justiça para impedir o início das operações do Data Center Pecém, em Caucaia (CE). Os órgãos pedem que o empreendimento só funcione após consulta ao povo indígena Anacé e elaboração de estudo de impacto ambiental. A ação também cobra avaliação dos efeitos sobre recursos hídricos, energia e ruído na região. O projeto prevê potência de 300 MW e 120 geradores a diesel nas instalações.

DIVULGAÇÃO/ GRUPO AFONSO FRANÇA



Órgãos exigiram estudos de impacto ambiental e em povo indígena

TST pune empresa por investigar motorista

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da Prosegur Brasil ao pagamento de R\$ 15 mil a um motorista de carro-forte que teve a vida privada investigada pela empresa antecessora. Vizinhos e familiares eram questionados sobre consumo de bebida, jogos de azar, relacionamentos, dívidas e comportamento. Para a Justiça, a prática violou a intimidade, a honra e a imagem do trabalhador. O TST considerou o valor da indenização proporcional ao dano. A decisão foi unânime.

STM mantém condenação por injúria racial

O Superior Tribunal Militar (STM) manteve a condenação de um cabo do Exército por injúria racial, mas reduziu a pena aplicada ao militar. O caso envolve ofensas de caráter racial contra outro integrante da Força. Ao analisar o recurso, o Tribunal confirmou a ocorrência do crime e a responsabilidade do acusado, alterando apenas a dosimetria definida pela primeira instância, durante o julgamento do caso.

Emendas parlamentares I

O ministro Flávio Dino, do STF, convocou audiência pública para 22 de setembro para discutir a responsabilidade de parlamentares na destinação de emendas. O debate vai avaliar se deputados e senadores devem seguir regras de controle, fiscalização e prestação de contas pelos recursos públicos que indicam no Orçamento federal.

Emendas parlamentares II

A discussão ocorre na ADI 7995, apresentada pela Rede Sustentabilidade. Entre os pontos analisados estão a possibilidade de equiparar a atuação do parlamentar à de um ordenador de despesas e a destinação direta de verbas para entidades privadas. Também será debatida a responsabilidade dos agentes envolvidos na aplicação e fiscalização do dinheiro.

Presídios lotados I

O Supremo também confirmou a homologação dos planos estaduais para enfrentar violações de direitos no sistema prisional. Foram aprovados sem ressalvas os projetos de 14 estados. Os demais estados e o Distrito Federal tiveram os documentos validados com observações. As medidas tratam de superlotação, presos provisórios e condições das unidades.

Presídios lotados II

A execução das ações será acompanhada pelos corregedores-gerais dos Tribunais de Justiça, com apoio de grupos de monitoramento. As informações deverão ser encaminhadas ao CNJ. Caso parte significativa das medidas deixe de ser cumprida sem justificativa e haja risco a direitos fundamentais, o Supremo deverá ser comunicado para avaliar providências.

Plano do Tik Tok I

O Telegram apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um plano para as eleições de 2026 com ações contra desinformação, conteúdos ilícitos, spam, automação abusiva e perfis falsos. A plataforma prevê moderar grupos, canais, contas e bots, além de remover publicações potencialmente ilegais e restringir usuários envolvidos.

Plano do Tik Tok II

A plataforma também manterá um canal para receber e cumprir determinações da Justiça Eleitoral durante todo o período eleitoral, inclusive nos fins de semana e dias de votação. Candidatos, partidos, federações e coligações terão atendimento específico. Até dezembro, a empresa deverá enviar ao TSE relatório detalhado sobre a execução do plano.



Incêndio que deixou 242 mortos e 636 feridos em Santa Maria (RS), em 2013

STJ volta a julgar caso da Boate Kiss para discutir redução de penas

Recursos questionam redução das penas e cálculo das condenações pelo TJRS

Da **Redação**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) volta a analisar, na terça-feira (15), o caso da Boate Kiss, incêndio que deixou 242 mortos e 636 feridos em Santa Maria (RS), em 2013. A Sexta Turma julgará recursos que discutem as penas dos quatro condenados pelo tribunal do júri.

Em 2021, Elissandro Callegaro Spohr foi condenado a 22 anos e seis meses de prisão; Mauro Londero Hoffmann, a 19 anos e seis meses; e Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Augusto Bonilha Leão, a 18 anos cada.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) anulou o júri por entender que houve irregularidades processuais. A decisão foi mantida pela Sexta Turma do STJ em 2023, mas revertida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro de 2024. Em fevereiro de 2025, a Segunda Turma do Supremo manteve a validade do julgamento e das condenações.

Com isso, o processo retornou ao TJRS para análise de questões pendentes. Em agosto de 2025, o tribunal manteve as condenações e o reconhecimento de dolo eventual, quando o agente assume o risco de produzir o resultado, mas reduziu as penas. Spohr e Hoffmann passaram a 12

anos, enquanto Santos e Bonilha tiveram as condenações fixadas em 11 anos.

Um dos fundamentos foi a ocorrência de “bis in idem”, quando um mesmo elemento é utilizado mais de uma vez para elevar a punição. Segundo o TJRS, fatores considerados na avaliação da culpabilidade também haviam sido usados na aplicação do dolo eventual.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) recorreu ao STJ e pede o restabelecimento das penas definidas em 2021. Como alternativa, solicita que o TJRS faça novo julgamento sobre pontos que, segundo a acusação, não foram respondidos. As defesas de Hoffmann e Spohr também recorreram. Hoffmann sustenta que o caso deveria ser enquadrado como culpa consciente, e não dolo eventual, e pede novo júri ou redução da pena. Spohr também solicita novo julgamento e questiona o cálculo da condenação. Entre os pedidos estão o reconhecimento da atenuante de confissão espontânea e da chamada coculpabilidade estatal. A defesa argumenta que o município de Santa Maria e o Estado do Rio Grande do Sul também tiveram responsabilidade pelos fatos.

Os três recursos especiais estão previstos para julgamento em 15 de setembro.